



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

ANDREINA CRISTINE GONÇALVES DE BRITO
ARIENY ALVES PEREIRA

**REFÉNS DO MEDO
A REALIDADE DO ABUSO NO BRASIL**

GOIÂNIA - GO
2021



ANDREINA CRISTINE GONÇALVES DE BRITO
ARIENY ALVES PEREIRA

**REFÉNS DO MEDO
A REALIDADE DO ABUSO NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Jornalismo,
da Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, sob orientação do Prof. Dr.
Rogério Pereira Borges.

GOIÂNIA - GO

2021

BANCA AVALIADORA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do diploma de bacharel em Jornalismo, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, sob a orientação do Prof. Dr. Rogério Pereira Borges.

Prof. Dr. Rogério Pereira Borges

Orientador

Profa. Ma. Maria Carolina Giliolli Goss

1ª Examinadora

Prof. Me. Antônio Carlos Borges Cunha

2º Examinador

AGRADECIMENTOS ANDREINA GONÇALVES

Agradeço a todos os meus colegas e amigos que me acompanharam durante a graduação, em especial, à minha amiga e colega de turma, Arieny Alves, que sempre esteve comigo em todos os momentos e por isso decidimos fazer este trabalho juntas. Os maiores agradecimentos aos meus pais. À minha mãe, a maior incentivadora dos meus sonhos, que sempre me fornece apoio. Ao meu pai, mesmo relutante algumas vezes, sempre me apoiou e ajudou bastante a me tornar a profissional e pessoa que sou hoje. À minha professora do ensino médio, Patrícia Lelis. Sem ela eu não conseguiria ter entrado na universidade e ido em busca de conquistar meus sonhos. E por fim, ao meu professor e orientador, Rogério Borges, que durante a graduação e a conclusão deste livro-reportagem nos orientou com paciência e calma, oferecendo todos os meios para que o trabalho fosse efetuado.

Andreina Gonçalves

AGRADECIMENTOS ARIENY ALVES

É com muita alegria que cheguei ao final da minha graduação. Agradeço a todos que me motivaram a realizar este sonho. À minha colega de turma que realizou esse sonho junto comigo, Andreina Gonçalves; à minha família, que sempre me apoiou e mostrou que sou capaz; à minha mãe, que é a minha maior incentivadora; ao meu pai, que sempre comemorou todas as minhas conquistas; e à minha irmã, que me ajudou em todas as etapas. Também agradeço à minha sogra, que é o meu exemplo de força, e ao meu namorado Emanuel, que em fevereiro de 2021 veio a óbito, mas está presente em todos os meus dias me enviando forças. Obrigado Rogério Borges, o nosso professor orientador, pelo apoio que nos concedeu ao longo deste trabalho.

Arieny Alves

“O tempo é infiel para os abusos.”

(Pietro Metastasio)

“É impossível corrigir abusos ao menos que saibamos o que está acontecendo.”

(Julian Assange)

Resumo

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso aborda, no formato de um livro-reportagem, a realidade do abuso no Brasil e os mecanismos utilizados para mantê-lo. Foi embasado em artigos científicos sobre o tema, em entrevistas exclusivas com especialistas, em reportagens, em dados, em cartilhas oficiais e, principalmente, em depoimentos de vítimas que sofrem ou sofreram com o abuso. Ademais, estão inseridos no trabalho conteúdos adjuntos ao assunto principal, como, por exemplo, as diferentes situações em que acontecem o crime sexual ou moral. O principal objetivo foi tratar a complexidade do tema de forma abrangente e tornar as vítimas donas da própria história e não em partes de estatísticas. Por fim, a conclusão de que as pessoas em situação de abuso reconhecem, mas não saem por falta de amparo e pela dependência emocional e física.

Palavras-chave: Jornalismo, Abuso; Legislação; Silenciamento; Crime

Sumário

1. INTRODUÇÃO	8
2. REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1. LIVRO-REPORTAGEM	11
2.2. A REALIDADE DO ABUSO NO BRASIL	20
2.2.1. Abuso no trabalho e Abuso no transporte coletivo	23
2.2.2. Abuso religioso	25
2.2.3. Leis	28
2.2.4. Importância das redes de apoio	30
3. DESCRIÇÃO DO PRODUTO	33
3.1. DIÁRIO DE PRODUÇÃO	39
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46
ANEXOS	55

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso consiste na produção de um livro-reportagem sobre os vários tipos de abuso, identificação de crimes, leis que amparam pessoas que sofrem com tais atos e os motivos que fazem com que muitos indivíduos continuem nos espaços onde essas violências são praticadas. O trabalho aborda a história e as vivências de pessoas que foram abusadas, mas foca no público que mais sofre abuso sexual, violência doméstica, abuso psicológico, dependência emocional, um público majoritariamente formado por mulheres e meninas.

É praticamente impossível existir alguma mulher que não tenha sofrido com algum tipo de abuso, da importunação sexual até o estupro. No Brasil, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2020, a cada 8 minutos acontece um estupro. Foram, naquele ano, 66.348 casos de estupro registrados, dentre os quais, 85,6% eram de mulheres e meninas. Para um país que é signatário de vários pactos internacionais de Direitos Humanos, esta situação é inaceitável e deveria gerar punições em vários âmbitos. Além disso, o Brasil possui uma constituição Federal, promulgada em 1988, que protege todos os direitos de seus habitantes, inclusive contra práticas delituosas hediondas dessa natureza. A liberdade de crença, de consciência, de ir e de vir, que deveria ser usufruída pelas mulheres é ignorada e atacada diariamente, como demonstram as estatísticas sobre abusos de toda ordem, que não só persistem, mas têm aumentado.

A importância do tema deste livro-reportagem, portanto, é evidente e o trabalho se propõe a contribuir para retirar a “venda” da sociedade sobre esse assunto. Por envolver situações muitas vezes constrangedoras, violências e traumas, abordagens sobre tais crimes ainda são menos frequentes quanto deveriam, persistindo um tabu a respeito do assunto, também derivado de uma história e de uma mentalidade machista e conservadora que domina a sociedade brasileira. Por exemplo, a implementação de conteúdos sobre educação sexual nas escolas é combatida, em grupos de pessoas com visões mais conservadoras, mesmo que eles ajudem a identificar e prevenir situações de abuso, principalmente o infantil. Entretanto, o senso comum acredita que o objetivo das escolas, ao fazer tais discussões, seja o de sexualizar crianças, ideia reforçada com o atual governo. Este é apenas um dos

retratos desse conservadorismo e machismo que também auxiliam na naturalização de crimes contra mulheres e adolescentes.

Outra situação abordada no livro é a dos abusos dentro do matrimônio. Muitas pessoas acreditam que sexo dentro do casamento, mesmo que forçado, é válido e legítimo, como se as mulheres tivessem a obrigação de satisfazer os maridos, mesmo que contra sua vontade. No Brasil, esse comportamento já é considerado crime, entretanto como produzir provas? Além disso, existem outras questões que abrangem os motivos de uma mulher abusada não denunciar.

O trabalho trata sobre as violências em geral contra mulheres, como a doméstica, a física, o abuso moral e psicológico, estupros no casamento, estupro de vulnerável e abuso no transporte público. Para produzir este livro-reportagem, foi necessária a realização de pesquisas em artigos científicos, de entrevistas com especialistas da área do Direito, da Psicologia, da Assistência Social, dos estudos de religião, além de uma busca por depoimentos de personagens que já vivenciaram abusos. Também foram pesquisadas cartilhas informativas, infográficos, discussões de casos com grande repercussão e dados oficiais de pesquisas a respeito dos problemas contemplados, como, por exemplo, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A escolha das fontes foi realizada por meio de proximidade e redes de conhecimento das autoras, além de pesquisas de pessoas que têm trabalhos de referência no debate de tais questões, como o professor Mestre em direito na PUC Goiás, José Eduardo Barbieri, especializado na questão dos direitos humanos. A parte mais difícil foi a escolha dos personagens que tinham depoimentos pessoais a dar sobre o assunto. O tema é pesado e algumas entrevistas foram realizadas apenas por uma das autoras do trabalho, para que a pessoa pudesse estabelecer uma relação de maior confiança e conforto.

Utilizamos uma espécie de recorte para a realização deste livro-reportagem. Separamos por capítulos os temas e os exemplificamos com dados, acrescentando depoimentos de vítimas que se enquadram em determinado tema ou estatística. Utilizamos as entrevistas como forma de depoimento na exemplificação dos casos, e em alguns módulos não citamos apenas violências contra as mulheres, mas também algumas pesquisas de comprovação que relatam que homens também são vítimas de diferentes tipos de abuso. Reforçamos, porém, que a ideia principal do livro foi dar

visibilidade e promover discussões em relação ao alvo preferencial de tais crimes: o público feminino.

O tema proposto é de suma importância no sentido de contribuir para uma orientação de vítimas que passam por situações de abuso todos os dias e comprovam os dados alarmantes de casos de violência que acontecem no País. Essas situações, em boa parte, são ocultadas e, quando mostradas, a maneira como são apresentadas geralmente é equivocada. Essa temática necessita ser reforçada por conta dos elevados números de casos de violências que várias mulheres sofrem diariamente. O objetivo do trabalho é apoiar mulheres que são vítimas de violências e encorajá-las a denunciarem os seus agressores, além de ajudar a identificar uma situação de abuso. O livro também tem como finalidade mostrar como a justiça é falha em alguns casos e como a falta de educação sexual por meio das escolas impede mudanças efetivas na realidade de muitas mulheres que passaram por situações de violência quando ainda eram crianças.

Foram utilizados portais oficiais que contêm dados sobre a violência contra mulheres em geral, como o Anuário de Segurança Pública, Ministério Público, e entrevistamos a Presidente da Comissão da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás, Ariana Teles. Seleccionamos algumas mulheres que eram próximas das autoras do livro e que já foram vítimas de algum tipo de violência, para darem seus depoimentos a respeito de seus casos. Todas as entrevistas foram realizadas de forma remota por um aplicativo que permite a captura do áudio e do vídeo, transcritas e inseridas no capítulo adequado.

Os nomes de todas as vítimas foram trocados por pseudônimos para não revelarmos a sua verdadeira identidade, preservando a intimidade de cada uma. Todas aceitaram, de forma espontânea, relatarem seus casos para o presente trabalho, havendo o registro dessa anuência em documentos assinados e em plataforma audiovisual. Os procedimentos de apuração observaram estritamente os parâmetros trazidos pelo Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2017), havendo a preocupação de não expor vítimas e de manter com as entrevistadas a decisão de até onde ir em seu depoimento, não estando presente nessas entrevistas nenhum tipo de pressão inadequada.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. LIVRO-REPORTAGEM

O produto jornalístico escolhido para o trabalho de conclusão de curso foi o livro-reportagem e o tema principal dele é a realidade do abuso no Brasil. Antes de abordar o tema em sua total abrangência é necessário tratar sobre o produto escolhido e assim explicar o motivo da escolha. Por se tratar de um assunto forte e recorrente no Brasil optamos por livro-reportagem tanto pela forma de abordagem que pode ser mais singela com comprovação por meio de dados, não tornando a leitura cansativa e sempre comprovando os fatos. Também pelos relatos fortes, que antes de serem lidos é possível avisar o conteúdo pesado deles. Dessa forma, o livro-reportagem se tornou mais palpável para a produção.

Para explicar este produto, é importante falar sobre sua história. O livro-reportagem pode ser associado ao Jornalismo Literário. De acordo com Gustavo de Castro (2010), o Jornalismo nasce ligado à literatura. No Egito Antigo é onde ter-se-ia a primeira aparição deste tipo de fazer jornalístico. O hábito de transmitir notícias sempre existiu em todas as sociedades, mas foi no Egito que surgiram as primeiras novelas – que constituem algo que pode ser encarado como uma produção jornalística –, que eram baseadas em fatos reais. Quem as escrevia eram chamados de “cinzeladores” em placas de cera, pedras ou madeira e os textos eram feitos dentro das Casas da Vida, lugares que formavam médicos, sacerdotes e escribas, na época.

Na Roma, 70 anos a.C., se fazia uma espécie de jornalismo. As “Actas Diurnas e Actas Senados Consulta” eram publicadas com periodicidade diária e disponibilizadas a todos que quisessem se informar. Mas, o produto que mais se aproxima do jornalismo atual foi o “Pasquino”, espaço onde todos poderiam pendurar reclamações e protestos em relação à política e à economia, entre outros assuntos. A proximidade com o jornalismo atual vem dessa forma de receber as indagações e críticas do público, o que reafirma o papel do jornalismo de ser um mediador social. Este termo “Pasquino” foi usado no Brasil como “Pasquim”, que foi um jornal famoso durante o reinado de Dom Pedro I e que, durante a ditadura militar entre 1964 e 1985, deu nome a um dos principais veículos de imprensa contra o regime então em vigor.

Um dos nomes relevantes do Jornalismo Literário, de acordo com Castro (2010), se trata do jornalista Marco Valerio Marziale ou Marcial. Ele pertencia a uma família de classe média e assim obteve condições para financiar uma educação retórica e literária. Ele se muda para Roma, mas acaba perdendo todo o dinheiro que possuía e passa a realizar uma espécie de troca. Ele escrevia notícias e as fixava em murais ou, algumas vezes, as lia em voz alta. Marcial teve um ponto alto em sua carreira que foi quando escreveu o primeiro livro:

Uma data chave em sua vida é o ano 80 D.C., reinado de Tito, quando, durante a inauguração do anfiteatro Flávio (o Coliseu), Marcial recebe o direito de celebrar o evento com a publicação de um livro de notícias em forma de poesia que descrevia o espetáculo da inauguração do anfiteatro. (CASTRO, 2010, p. 13)

A publicação deste livro foi de suma importância para Marcial, já que a partir dele o “jornalista” passou a desfrutar de benefícios destinados à elite. Como já foi dito anteriormente, ele não foi considerado o primeiro jornalista oficialmente, mas teve papel importante na história, já que foi o primeiro a publicar um livro de notícias neste formato.

A América Latina não possui grande mercado editorial, mas é possível encontrar grandes trabalhos de reportagem em forma de livro. Já o Brasil apresenta inúmeras falhas ligadas ao mercado editorial, contudo possuímos livros de grande importância publicados nos últimos anos como Olga, de Fernando Morais. A obra segue um estilo de jornalismo literário e foi publicada inicialmente em 1985 pela Editora Ômega e relançada em 1994 pela Companhia das Letras. Conforme Edvaldo Pereira Lima, o livro pode ser considerado como o maior sucesso popular. (Lima, 1995, p. 2)

O livro-reportagem, como o próprio nome anuncia, é uma ampla reportagem que abrange mais detalhes, constituindo-se um trabalho que apresenta maior completude, riqueza de detalhes e sem prazos – deadline – tão apertados como os que são vivenciados no jornalismo diário tradicional. O livro-reportagem consegue reunir dados, depoimentos e ainda assim pode, em determinados trabalhos, apresentar linguagens mais literárias. “Edvaldo Pereira Lima (1995) considera essa forma de publicação como uma maneira de ampliar, contando com mais tempo e espaço, coberturas sobre fatos e acontecimentos que o jornalismo cotidiano não esgota. (Borges, 2013, p. 60).

A abrangência e a complexidade de fatos podem ser discutidos de uma melhor forma. Com isso, o jornalista tem maior liberdade de escrita e de crítica também, o livro-reportagem permite. Ele tem a capacidade de abranger diversas áreas e histórias com diferentes temáticas. É possível encontrarmos em trabalhos do gênero grandes histórias, repletas de informações e narrativas, por meio de livros espalhados pelo mundo todo, contemplando temas de evidente relevância social ou breves histórias que reconstituem fatos e trajetórias pessoais. Com o passar dos anos, livros-reportagem brasileiros ganharam forma e público, como a *Vida de Repórter*, de José Maria Mayrink, *Estação Carandiru*, de Drauzio Varella, e a série de volumes sobre a ditadura brasileira, escrita por Elio Gaspari.

Todos esses títulos evidenciam que o livro-reportagem, em maior ou menor grau, ocupa um espaço próprio de importância no mercado editorial, variando, de país a país, no mundo ocidental, conforme a pujança e a maturidade do setor". (LIMA, 1995, p. 3)

Com isso o livro-reportagem foi conquistando seu lugar e comprovando seu valor entre os diversos temas que consegue explicar, contextualizar e revelar, sendo escrito e consumido em diferentes países. Desse modo, ele pode complementar para o nosso conhecimento pessoal e preencher vazios que são deixados através das emissoras e canais de informações jornalísticas.

O livro-reportagem é uma categoria de texto que permite aos leitores uma facilidade de lidar com os temas atuais e explorar o papel do jornalismo. A linguagem é realizada de maneira mais leve sem o teor que é empregado nas notícias veiculadas na imprensa cotidiana. (COUTO, 2017, p. 7).

No Brasil, o livro-reportagem foi visto como refúgio para muitos jornalistas na época da ditadura militar, já que a censura era mais destinada aos jornais em si, os livros eram menos vigiados. Ele veio advindo do Novo Jornalismo norte-americano de 1960, que segundo Truman Capote se tratava de um romance não ficcional, "Non fiction novel".

O livro-reportagem deve ter uma narrativa que prenda o leitor até por se tratar de um produto jornalístico mais denso. O que é de real discussão é o ineditismo que ele deve trazer. Pautado nisso não se fala de algo factual como é apresentado nos jornais cotidianos, mas sim de algo novo que possa ser discutido com mais profundidade e que não se perde. Como uma pauta fria. Por exemplo, o Dia das Mães

existe e é comemorado todos os anos, no segundo domingo de maio, essa é a pauta fria que sempre está ali como a mesma. O fato que abrange o ineditismo seria a abordagem desta pauta. Por exemplo, falar sobre como é o Dia das Mães para mulheres presidiárias. Outro fato muito discutido é sobre onde enquadrar o livro-reportagem. Por ele tratar de temas factuais, mas com abordagem mais complexa, está diretamente ligado ao jornalismo:

Lima (1995) prefere falar no livro-reportagem como extensão do jornalismo, que se beneficia de diversas influências de estilo, linguagem e apresentação próprias da literatura. Em sua opinião, o livro-reportagem conserva caráter eminentemente jornalístico por tratar não da atualidade, mas da contemporaneidade. (BORGES, 2013, p. 260-261)

O livro-reportagem pode compartilhar, por exemplo, do hibridismo da crônica, já que ambos os gêneros se dão a liberdade de, cercados pela realidade e pelo cotidiano, darem vazão a outros tipos de abordagem ao construírem discursos jornalísticos. O livro-reportagem, muitas vezes, preserva alguns aspectos da literatura, como uma aposta mais ousada em caminhos narrativos menos usuais –, tendo em comum com a crônica um mergulho mais ousado no imaginário.

Os livros-reportagem, porém, como ocorre com obras desse suporte e de outros gêneros, não tem um público tão amplo como sites de notícias, emissoras de TV ou rádio ou perfis em redes sociais. Eles não são as fontes mais utilizadas para as pessoas se informarem cotidianamente, apesar de geralmente trazerem dados mais aprofundados, contextos mais amplos sobre fatos e pessoas, o que atende aqueles que buscam informações mais completas, que não estejam prejudicadas por apurações apressadas ou que se revelem superficiais. O livro-reportagem configura-se, assim, em um canal de informação mais alternativo para quem deseja conhecer com mais profundidade os assuntos abordados por essas obras.

Para entender a construção de um livro-reportagem é necessário conhecer as etapas do jornalismo para chegar a esse tipo de narrativa. Os fluxos de construção simbólica envolvidos são diferentes, observando lógicas e dinâmicas próprias. A produção pode ser feita por diferentes pessoas e áreas, tendo sempre o jornalismo em perspectiva, como objeto inicial e final do trabalho. A reportagem é um gênero mais completo que a notícia em termos de relatos e detalhes, ampliando visões e

possibilidades de enquadramento de determinados fatos. O livro-reportagem em si é o veículo de comunicação impressa ou digital não-periódico.

A complexidade de livros-reportagem em diferentes linhas temáticas e narrativas orienta a capacidade de classificá-los em grupos distintos, podendo dividi-los nos seguintes grupos, de acordo com Lima (1995, p. 51).

Livro-reportagem perfil: refere-se à vida particular de uma personagem anônima ou pública e que de alguma a sua história de vida tornou-se de interesse:

No primeiro caso, trata-se, em geral, de uma figura olimpiana. No segundo, a pessoa geralmente representa, por suas características e circunstância de vida, um determinado grupo social, passando como que a personificar a realidade do grupo em questão. Uma variante dessa modalidade é o livro-reportagem-biografia, quando um jornalista, na qualidade de ghostwriter ou não, centra suas baterias mais em torna da vida, do passado, da carreira da pessoa em foco, normalmente dando menos destaque ao presente”. (LIMA, 1995, p. 56).

Livros como esses têm como intuito a narração voltada a experiências e histórias sobre o passado dos personagens. Esse tipo de técnica é bastante utilizado e tem como objetivo atrair os leitores.

Livro-reportagem depoimento é composto por histórias com acontecimento relevante de acordo com os participantes que compõem a obra ou de testemunhas próximas aos fatos informados. Geralmente tais livros podem ser escritos pelas próprias “vítimas” de algo negativo, numa espécie de autobiografia ou volume de memórias, com a assistência ou não de um jornalista ou mesmo de um outro profissional que possa elaborar o trabalho. Esse tipo de narrativa pode se concentrar em passar ao leitor uma história de ação baseada em clima de bastidores.

O livro-reportagem retrato se assemelha com o perfil, mas a diferença é que o foco não está em um personagem. O trabalho focaliza um setor da sociedade, região geográfica ou um segmento de atividade econômica com o intuito de prestar serviço de forma explicativa. Já o livro-reportagem ciência é uma forma de divulgação científica apresentando caráter crítico ou reflexivo.

Livro-reportagem ambiente pode estar voltado aos interesses ambientalistas e uma forma de conscientização para a importância e a harmonia nas relações do homem com a natureza ou tratando de avanços científicos ou médicos em determinada área, por exemplo. O livro-reportagem história remete a temas do

passado com elementos que se conectam com o presente, fazendo um elo com o leitor atual:

Uma variante dessa modalidade é o livro-reportagem que trata da história empresarial, focalizando o mundo dos negócios, um grande grupo ou uma atividade produtiva. No melhor dos casos, tenta abarcar as conexões políticas, sociais, culturais. (LIMA, 1995, p. 54).

Livro-reportagem nova consciência, ainda na classificação de Lima (1995), aborda temas de classes comportamentais, sociais, culturais, econômicas e religiosas de todas as partes do mundo, que são resultados de duas ebulições do mundo ocidental nos anos 60. Um exemplo disso foi a contracultura, fenômeno cultural chamado (anti-establishment), adjetivos usados para designar um indivíduo, grupo ou ideia que é contra instituições políticas, econômicas ou sociais, algo que se desenvolveu primeiro nos Estados Unidos e no Reino Unido e ganhou impulso conforme o movimento dos direitos civis dos afro-americanos.

Livro-reportagem instantâneo se dá quando abrange uma história recém-concluída no qual o produto final é capaz de ser identificado. Contudo, o livro-reportagem atualidade traça um paralelo com o instantâneo, porém faz uma seleção de temas atuais, mas cujos momentos finais ainda não são imagináveis e conhecidos. Por isso, tais obras permitem que o leitor viaje em todas as etapas da obra, fazendo comparações com possíveis desfechos do futuro.

Livro-reportagem antologia são reportagens agrupadas em distintos critérios e publicadas na imprensa cotidiana ou dentro de outros livros, que abordam diversos temas. O livro-reportagem denúncia tem o perfil investigativo, evidenciando as falhas de órgãos públicos em relação à prestação de serviços para a sociedade. Já o livro-reportagem ensaio traz a presença da opinião do autor de forma constante, com o intuito de convencer o leitor a compartilhar do mesmo ponto de vista. Por fim, o livro-reportagem viagem tem como base a visita a locais geográficos que servem de exemplo para retratar quadros sociológicos, históricos e humanos através de coletas de dados.

O livro-reportagem referente a este trabalho pode ser considerado como inserido na primeira classificação mencionada acima. *Reféns do Medo: A Realidade do Abuso no Brasil* é um livro-reportagem perfil por tratar de uma temática que envolve o passado das vítimas de violência física e psicológica, voltando sua narração para

experiências das personagens. Este livro possibilitou grandes espaços para as vítimas desabafarem sobre a sua vida em geral, e a narrativa vai além de personagens e depoimentos, mas também se assemelha com o livro-reportagem depoimento por trazer histórias reais que contemplam os bastidores de cada relato, pois cada entrevista provocou uma ação diferente que é capaz de notar ao longo do livro. E também ao livro-reportagem denúncia, por ter um perfil investigativo e por fazer a prestação de serviços às vítimas quando elas expõem as próprias histórias.

O exercício de escrita do livro-reportagem contribui para a formação de um profissional do jornalismo que se preocupa com mais aprofundamento e contextualização dos fatos que relata, assim como com o ato da escuta mais atenciosa e demorada das fontes. Por meio de trabalhos dessa natureza, o aluno coloca em prática tudo que foi ensinado ao longo de sua graduação:

Paralelamente, produzir esse tipo de obra é importante porque muitos alunos podem, com esse exercício, tentar inserir-se no mundo não só como leitores /ouvintes ou reprodutores de histórias, ou mesmo redatores elaborador, aqueles que dão ao próprio texto: maior calibre de autoria em grande reportagem transformada em livro. (COUTO, 2017, p. 7).

Através dessa escrita é possível ver o mundo de outras formas e obter conhecimentos avançados perante a realidade em que estamos inseridos, seja para os redatores que contam a sua própria história, seja para aqueles que escolhem algum tema para discorrer em sua própria obra. O livro-reportagem configura-se como uma grande narrativa que pode descortinar outros elementos da vida, fazer descobertas surpreendentes sobre as trajetórias de quem é entrevistado para o trabalho, humanizando as narrativas que são contempladas. Isso é ainda mais importante quando a temática tem caráter tão sensível, como é o caso deste trabalho, que aborda abusos e violências.

Para classificar um livro-reportagem, é necessário distinguir algumas características em três condições: 1) como o conteúdo e a maneira que se trata o livro-reportagem, se diz respeito ao real, factual; 2) a veracidade e a verossimilhança são fundamentais ;3) o tratamento para compreender a linguagem e montagem e a produção do texto, as finalidades típicas do jornalismo que são caracterizados com o objetivo de informar, orientar e explicar. (LIMA, 1995, p. 26-27).

O primeiro conceito diz respeito sobre a temática que aborda o livro e a descrição do produto; o segundo tópico é sobre a notícia em geral e se o tema abordado possui uma existência em que há verdade comprovada e se há uma ligação entre os fatos, o terceiro é a compreensão da obra e as etapas de um livro reportagem que deve ser de noticiar, comprovar e argumentar.

O livro atende a todos esses parâmetros. A temática é ressaltada desde a introdução até o capítulo final. A comprovação dos depoimentos colhidos é realizada por meio de documentos assinados por cada uma das vítimas, dando sua concordância para a inclusão de sua história no trabalho, e também em plataformas *onlines*, onde captamos os áudios e imagens durante a entrevista. Para cada personagem que compôs o conjunto de nossas fontes, relatamos a situação de abusos sofridos, colhendo depoimentos diretos com essas vítimas, que se dispuseram a compartilhar suas vivências e experiências, por mais traumáticas que pudessem ser, produzindo um quadro real e pungente sobre situações que, apesar de serem terríveis, infelizmente se mostram rotineiras.

O livro-reportagem pode ser útil a diversas áreas do jornalismo, em particular, por ser uma profissão que tem como objetivo informar toda a população, e para a sociedade em geral, por desvendar situações que comunidades, autoridades e forças organizadas da esfera civil precisam conhecer. A narrativa desse tipo de livro é compreendida através dos dados e fatos do objeto abordado, podendo ser denominado como jornalismo informativo e até mesmo jornalismo opinativo. É através de uma narrativa ampliada que o jornalista decide produzir um livro reportagem.

A função aparente de informar e orientar em profundidade sobre ocorrências sociais, episódios factuais, acontecimentos duradouros, situações, idéias e figuras humanas, de modo que ofereça ao leitor um quadro de contemporaneidade capaz de situá-lo diante de suas múltiplas realidades, de lhe mostrar o sentido, o significado do mundo contemporâneo". (LIMA, 1995, p. 39).

O livro-reportagem *Reféns do Medo: A Realidade do Abuso no Brasil* atende a esses critérios de pesquisa, com comprovação dos dados que ilustram a quantidade de mulheres que são violentadas diariamente no País, além de relatar as inúmeras violências em diferentes situações, como a física, a doméstica, a psicológica e a moral. Dependendo da natureza do abuso, o sofrimento pode durar por anos. A inserção de opiniões das autoras também foi feita em cada capítulo do livro com o intuito de

mostrar a realidade do mundo contemporâneo e as ações dos seres humanos que compõem a nossa sociedade. Além do que, as autoras, mulheres jovens que já se depararam com contextos em que tiveram que reagir a situações de violência, têm lugar de fala no trabalho.

A arte de transmitir informação através de um livro vai muito além de apresentar somente dados, mas também passa pelo processo de informar sobre causas sociais, temáticas que nem sempre estão explícitas nos canais de comunicação, mas que têm o poder, quando contempladas, de comprovar determinadas realidades humanas. Os tipos de livro reportagem que são bastante procurados e prevalecem no ciclo de existência são aqueles em que tratam de temas conhecidos pelo público e que são veiculados pela imprensa cotidiana.

A violência contra a mulher é pautada no cotidiano, mas na maioria dos portais de notícias na internet, das emissoras de TV e rádio, dos jornais impressos esse tema é tratado com bastante sensacionalismo e não é possível acompanhar uma cobertura que aborda a total complexidade dos fatos relacionados ao abuso. Muitas mulheres acabam virando apenas estatísticas ou personagens de espetáculos midiáticos, que comprovam os inúmeros casos de violências no País e o tratamento inadequado que muitas vezes o jornalismo lhes dá. Esse livro-reportagem tem o propósito de comprovar como essa temática é importante para evitarmos esse tipo de violência, identificar situações de abusos, traumas que são acarretados ao longo dos anos, informando sobre as formas mais adequadas com as quais devemos nos conduzir, exercitando a empatia que precisamos ter diante das vítimas.

Como forma de inspiração, utilizamos o livro da jornalista Ana Paula Araújo. *Abuso: A cultura do estupro no Brasil* (2021). É um livro-reportagem que também trata de violências contra crianças, adolescentes e mulheres, em toda a obra ela traz uma narrativa sem expor as vítimas nomeando-as com pseudônimos para preservar a identidade das mesmas, a obra também é caracterizado como livro-reportagem perfil e depoimento, pois as fontes relatam vivências do passado. A jornalista apresenta uma nova maneira de noticiar sem perder a pauta factual e com ausência de sensacionalismo, contudo os depoimentos são narrados com histórias reais, com a comprovação de novas leis e de uma maneira que a imprensa não aborda diariamente.

Portanto, pode-se encontrar livros-reportagem com temas que não foram abordados pela imprensa ou são realizados de maneira superficial, e através desse produto é possível ampliar o enfoque com enquadramentos mais detalhados, abrangendo o poder que a comunicação tem para denunciar, conscientizar e informar acerca de determinadas realidades. Com essa perspectiva, os livros-reportagens são capazes de sair da tradição do agenda-setting, que caracteriza que os assuntos mais importantes e acompanhados pelo leitor estão veiculados com maior destaque na cobertura jornalística. (Brum, 2003).

Para produzir um livro-reportagem não é necessário somente dar enfoque na factualidade, mas em outras questões que perene e compõem um terreno que determinam alguns acontecimentos marcantes:

A mesma flexibilidade de mergulho em situações e questões, em lugar exclusivamente da factualidade, leva o livro a ter melhores chances de encontrar o âmago dos conflitos. Essa abertura facilita, em adendo, um enfoque precisamente sistêmico, contextualizador dos temas da contemporaneidade” (LIMA, 1995, p. 86).

O livro-reportagem nos permite enquadrar a realidade a partir de um ponto de vista menos usual ou apressado, fugindo do senso comum acerca de debates e participações de figuras humanas recorrentemente ouvidas na sociedade, além de não haver a preocupação com outros veículos de comunicação, pois o trabalho jornalístico rotineiro é movido a concorrências, furos e diversas pautas do dia a dia. No livro-reportagem, da escolha do tema às formas e ao tempo de apuração, essas amarras são em grande parte eliminadas, permitindo a realização de um trabalho mais autoral, com pesquisas mais profundas e entrevistas mais completas.

2.2. A REALIDADE DO ABUSO NO BRASIL

Antes de adentrar em estatísticas sobre o abuso no Brasil, é necessário entender o que de fato significa essa palavra que tem peso tão grande: abuso. No decorrer da apuração do trabalho, as autoras ouviram especialistas sobre o tema. Uma delas foi a professora da PUC Goiás Marina Morabi, mestre em Psicologia e Coordenadora do Programa de Referência em Inclusão Social da Comunidade da universidade (PRIS). Ela também tem experiência na área de Psicologia com ênfase

em Tratamento e Prevenção Psicológica, Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia da Saúde e Hospitalar e Recursos Humanos, atuando nos temas: infância, adolescência, oncologia, processos de luto, maternidade, mastologia, oncologia e pediatria. Como ela lida frequentemente com crianças e adolescentes, tem experiência na área e explica acerca da temática.

Eu acho que é importante que a gente comece a pensar quais seriam as características desse abuso no contexto em que ele acontece. Usualmente nós temos algumas interfaces quando pensamos, por exemplo, nos diversos tipos de abuso. Abuso é sempre aquela sensação de quando se vai para além daquilo que é permitido. Então, sempre que for além daquilo que está permitido no âmbito dessa relação, a gente caracteriza como um movimento de abuso. Às vezes não é o comportamento em si, mas é o contexto em que esse comportamento está inserido. Por exemplo, o abuso sexual, às vezes, não se dá necessariamente só com o ato sexual, mas também quando eu tenho uma invasão disso que a gente chama de campo experiencial do outro. (Entrevistas às autoras).

Assim, se entende como abuso todas as atitudes que ultrapassam os limites do outro. Ele acontece nas áreas afetivas, no mundo do trabalho, em ambientes religiosos, no transporte coletivo, entre outros. A questão principal é que o abuso não possui rosto, não possui padrão, não possui local definido, mas acontece e aumenta a cada dia o número de vítimas. Existem vários tipos de abuso, entretanto é necessário dar enfoque a dois: o físico, que atenta contra a integridade física de quem o sofre, e o psicológico, que trabalha pautado principalmente na dependência emocional da vítima em relação a quem a agride. Ambos costumam deixar marcas que a vítima carregará pelo resto da vida.

Muitas vezes, esses abusos estão presentes desde a infância, em lares que deveriam ser o refúgio seguro para o desenvolvimento pleno e saudável de um indivíduo e que acabam se tornando o cativo de muitas crianças, adolescentes e até adultos. A maior parte dos lares que passam por essas situações de abuso estão dentro de algum tipo de negligência por parte da família e por seus responsáveis legais:

A família ocupa, sem dúvida, lugar preponderante nesse processo, pois é o primeiro sistema social no qual o ser humano está inserido; desempenha, também, um poderoso papel no desenvolvimento das habilidades comportamentais das crianças. (LIMA, 2007, p. 20).

Desse modo, a família é o principal elemento formador do ser humano e abusos na fase da infância e adolescência causam fortes marcas. Isso é alarmante já que, segundo levantamento feito em 2018, pelo GLOBO com dados do Ministério da Saúde (2018, foram registrados no Brasil pelo menos 32 mil casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes. Um índice muito alto de crianças e adolescentes que vivem com medo e em perigo constantes. O abuso sexual na infância afeta todo o desenvolvimento da criança e posteriormente na vida adulta:

Só para você ter uma ideia, estou casada há uns dez anos e voltando com meu marido do supermercado, ele fez uma brincadeira comigo. Estava com as mãos ocupadas com a sacola do supermercado e aí, para abrir o portão, tinha que pegar a chave e a chave estava no bolso. Olha para você ver a bobeira. Ele brincou, fez um movimento com o quadril pra eu enfiar a mão no bolso dele e pegar a chave. Nessa hora, eu mudei de cara, eu fiquei com a mão gelada, fiquei muito brava com ele e falei para nunca mais fazer isso. Foi quando eu contei pra ele da brincadeira que a pessoa fazia comigo, ou seja, a pessoa (padrasto) ficava sem cueca e mandava eu pegar balinha no bolso e quando eu colocava a mão não era balinha. Eu enchia a mão em algo que era pra mim completamente estranha, eu nunca tinha vivido, só que para mim ele sempre ria. Era uma brincadeira para mim naquela época, era uma brincadeira porque eu não entendia nada. Aí depois ele me dava a tal da balinha, era tipo um joguinho. A balinha não estava aqui no bolso, estava ali, e me dava a porcaria da balinha. (Entrevista de uma vítima dada às autoras).

O depoimento evidencia as marcas que o abuso sexual sofrido na infância acarreta. Em outras passagens do livro *Reféns do Medo*, a mesma vítima afirma estar sempre em alerta com brincadeiras, com pais acompanhados de crianças, com olhares na rua. Tudo para ela é suspeito.

Outro fato de alerta no País é o agressor sexual dessas crianças e adolescentes. Não existe novidade, os principais agressores são pessoas próximas ou de dentro da própria família. De acordo com o levantamento feito pelo Ministério da Saúde, publicado no jornal O GLOBO, de 2018, intitulado de “Meninas são o principal alvo” (Thiago Herdy, 2020), cerca de 5 mil abusadores constatados no levantamento eram amigos ou conhecidos da família. Este dado revela que em casa as crianças e adolescentes não estão seguros. E o pior acontece quando os responsáveis sabem da situação de violência, mas não tomam providências.

A dependência emocional é um dos principais elementos que colaboram para a persistência de abusos dentro de casa. Há mulheres que dependem financeiramente

do companheiro ou companheira e por isso continuam aturando situações de violência contra si e até contra os filhos. Contudo, a dependência emocional age de forma bruta, visto que serve de “venda” para situações de abusos de crianças. No livro Reféns do Medo, a psicóloga e professora Marina Morabi, da PUC Goiás, define que tais situações são como uma espécie de cegueira voluntária.

É como se existisse uma venda sobre os olhos que impossibilita a esposa de perceber o quão aquele marido é abusador. Já a dependência financeira age ainda mais forte porque muitas mulheres abandonam carreiras profissionais para viver em prol dos filhos e quando há a separação, ela não possui um meio de sustentar a família, agora como mãe solteira. Tal situação prende a mulher aos abusos, à violência, porque o medo de entrar para estatística de pessoas que estão em situação de rua é maior e as faz aguentar o convívio com o agressor. (Entrevista às autoras).

Os dois tipos de dependência financiam situações de abuso e as agravam quando uma rede de apoio é ausente.

2.2.1. Abuso no trabalho e Abuso no transporte coletivo

Já o abuso no local de trabalho pode ser classificado e constatado em várias situações: abuso sexual, abuso moral e abuso psicológico. O abuso sexual é um ato não consentido praticado por homens dentro da empresa e na maioria dos casos partem do profissional que se encontra em um cargo hierárquico mais alto, o que também acontece no abuso moral, quando um superior na organização empresarial tem o intuito de rebaixar ou constranger de alguma forma seu funcionário. Por sua vez, o abuso psicológico ocorre quando o abusador pressiona as vítimas com chantagens para alcançarem algum tipo de objetivo que a empresa almeja, como metas de vendas ou padrões de lucro.

O abuso no trabalho não se constitui somente de atitudes violentas físicas, mas também por comportamentos moralmente reprováveis empregados diariamente. Um exemplo disso é o abuso horizontal, classificado como uma atitude vexatória e de cunho invasivo por meio de palavras. A psicóloga e professora da Puc Goiás, Marina Morabi exemplifica:

Pelo amor de Deus, quantas vezes eu já falei isso? você só pode ser burro, você não entende o que eu estou falando?’, ele está estigmatizando o outro. Quando isso é feito em público, a situação de abuso fica ainda mais caracterizada. Às vezes não é o que é dito, mas o tom do que é dito, a forma como a situação se dá a partir da permissividade do contexto relacional.” (Entrevista às autoras).

As mulheres são as principais vítimas de abuso no local de trabalho e a maioria delas não consegue distingui-lo, pois alguns chefes possuem uma posição hierárquica muito alta e faz uso dessa situação em suas falas abusivas. As relações dentro do ambiente de trabalho são toleradas porque muitas mulheres são as responsáveis por levar o alimento para dentro de suas casas, e por conta disso acabam se sujeitando a situações abusivas.

O abuso sexual também acontece no local de trabalho e há alguns exemplos para identificar esse comportamento: elogios exagerados, aproximação contínua e constantes investidas com cunho sexual, como explica a advogada Ariana Teles, presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB de Goiás.

O assédio sexual seria uma conduta praticada por aquele agressor no ambiente de trabalho. Julgamentos, que a gente chama de jurisprudência, acabam ampliando esse leque, considerando o ambiente de trabalho não só um lugar físico onde a mulher ou a vítima presta serviço, mas qualquer circunstância, qualquer ambiente que decorra de uma relação de trabalho. (Entrevista às autoras).

Em qualquer ambiente, mesmo fora do local de trabalho e que envolva o chefe abusador e a funcionária vítima de tal comportamento invasivo ou violento, também é considerado abuso sexual. Não é somente na empresa que essa atitude acontece. Exemplificamos esse caso no livro-reportagem *Reféns do medo, a realidade do abuso no Brasil* com uma personagem que foi vítima de um homem com um cargo superior em seu emprego. O caso é de uma menina que ainda era menor de idade quando entrou no seu primeiro emprego como jovem aprendiz. A tentativa de abuso sexual aconteceu durante uma carona que foi aceita na volta do trabalho, oferecida por um homem da mesma empresa, momento em que ele tentou beijá-la à força.

Eu acho que na cabeça dele, ele pensou que eu aceitei a carona e por isso eu iria querer beijá-lo. Meu primeiro instinto foi meter o pé dali. Eu abri a porta [do carro] e fui embora pra escola. Fiquei com medo, tremendo. Eu não podia fazer nada e não contei para ninguém, porque pensei: se eu falar, o povo não vai acreditar. A única pessoa que contei

foi um amigo meu e na hora ele tentou me acalmar. O meu medo era que esse rapaz já conhecia as redondezas de onde eu morava e a escola que eu estudava e como era de noite, era perigoso ele aparecer novamente e tentar fazer alguma coisa. (Entrevista da vítima dada às autoras).

Em muitos desses casos, as mulheres acabam não fazendo as denúncias em delegacias ou no departamento de Recursos Humanos das empresas, já que têm medo dos agressores praticarem condutas ainda mais graves e prejudicá-las em suas trajetórias profissionais.

Já o assédio sexual no transporte público acontece frequentemente em várias cidades do País. Ao tomar um ônibus, as mulheres sabem que não existe trajeto seguro. Elas ficam desconfortáveis e preocupadas até chegarem ao seu destino final. Assédio no transporte público são atos sexuais praticados sem o consentimento da vítima, como tocar no corpo das mulheres de forma indevida. Somente em 2018 que a Lei da Importunação Sexual foi aprovada, após a repercussão do caso de um homem que ejaculou em uma mulher dentro do transporte público, em São Paulo. A partir desse acontecimento, o assunto passou a ser mais discutido porque logo após o homem ser detido, tempo depois foi liberado. O autor desse ato já tinha 17 passagens pela polícia, todas relacionadas a crimes sexuais contra mulheres. O agressor tem nome, Diego Novais, que na época (2017) tinha 27 anos. E somente depois de repetir 17 vezes um crime do mesmo teor, ele foi detido. Apenas depois de tudo isso, 17 mulheres tiveram justiça e se sentiram um pouco mais protegidas.

Vítimas desse tipo de abuso não denunciam por ser algo considerado “cotidiano” em todos os lugares. Nesse caso de São Paulo, especificamente, o agressor já havia sido punido e liberado, mas continuou cometendo o crime várias vezes. As mulheres já conheciam o caso e o perfil desse homem, e logo após acompanhar a repercussão, outras vítimas tomaram a iniciativa de denunciar o criminoso. A cultura do machismo ainda prevalece em situações como essa. A culpa ainda é jogada em cima das mulheres com frases desmerecedoras como, “estava com roupa curta demais” ou “ela provocou”. Esse tipo de comportamento necessita de uma mudança de mentalidade, mas, sabemos que alterar esse tipo de postura não será uma coisa rápida.

2.2.2. Abuso religioso

O abuso perpassa diversos locais, ambientes e contextos. Ele está inserido, inclusive, em instituições religiosas. Vale ressaltar que nestes casos, o abusador utiliza da fé da vítima para cometer seus crimes, algo que não está presente apenas em uma religião, mas em todas. Todos os tipos de abuso possuem ligação com as relações de poder, em que um assume a parte dominante e outro a parte dominada. Na maior parte dos abusos cometidos em instituições religiosas, o sacerdote ou líder espiritual costuma ser o agressor. Isso decorre do fato de que ele já possui um papel na vida daquele fiel e esse papel tem grande importância, visto que ele em muitos casos é a representação divina na Terra.

Amor e fé. Sentimentos subjetivos, abstratos, mas que movem pessoas para lugares distantes, que as fazem confiar cegamente em líderes. Líderes estes que são seres humanos comuns, como nós, entretanto intitulados como representantes de Deus na Terra. O pior é quando eles realmente se sentem o próprio Deus e usam dessa posição privilegiada para cometer crimes. Crimes como o abuso sexual de mulheres, crianças e idosos.

Desse modo, o grande poder desses líderes reflete na forma como os seguidores vão reagir e até se posicionar diante um abuso. É preciso analisar o lugar que o abusador ocupa na vida da pessoa. O ser humano naturalmente é um ser que crê. Assim, todas as crenças são ligadas ao íntimo de cada indivíduo e refletem na vida dele como um todo, todas as atitudes tomadas, pensamentos, são baseados naquilo que ele acredita.

Tendo isto como base, é mais fácil entender como muitas pessoas são abusadas por líderes religiosos e não denunciam. Muitas das vítimas acreditam que tal ato faz parte de algum ritual religioso. Várias delas, por outro lado, têm medo das represálias ao acusar uma pessoa que ocupa um lugar de extrema importância, enquanto outras não acreditam que aquilo realmente aconteceu e se questionam se foi ou não vítima efetiva de abuso sexual. É o que explica a professora e psicóloga da PUC Goiás, Marina Morabi.

Como tem também aquilo que a gente chama de poder religioso, o João de Deus não é necessariamente uma pessoa comum. Ele é uma pessoa imputada de uma crença que se tem ao longo da vida e que vem atravessando gerações. Usualmente, quando eu valido o outro como sendo um líder religioso, ele não vem sozinho, ele vem de uma validação familiar, de um núcleo social e vem de um lugar que é dado e tem uma força social. (Entrevista às autoras)

No Brasil, assim como no mundo, existem inúmeros casos de abuso sexual, em que o líder religioso é o acusado. Em um estudo realizado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) – organização social que presta serviços de inteligência para o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) –, com apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, constatou que em 2019, os brasileiros passaram a confiar mais em líderes religiosos do que em cientistas. Essa situação implica no juízo de valores feito pelo indivíduo sobre essas figuras com ascendência simbólica sobre outros tantos, mostrando os processos que o torna mais vulnerável à manipulação e abuso, já que tudo que o líder religioso atesta é válido. Por exemplo, o caso do médium João de Deus, que obteve grande repercussão nacional e até internacional.

João de Deus, líder espírita, que foi condenado a mais de 50 anos de prisão por crimes sexuais cometidos contra cerca de 9 mulheres. Ele era um líder religioso conhecido nacionalmente e internacionalmente, que realizava atendimentos espirituais na casa Dom Inácio de Loyola, na cidade goiana de Abadiânia, onde cometeu diversos crimes sexuais. A denúncia que levou a investigá-lo foi feita em rede nacional durante o programa *Conversa com Bial*, da Rede Globo, em 2018. Após a exibição do programa, a prisão do líder foi decretada. Para entender a demora das revelações é preciso saber sobre o contexto brasileiro em relação aos processos de denúncia quando existe um crime sexual envolvido e o quanto aquele agressor representava para uma comunidade ou qual o poderio ele tem em outras instâncias, como o Judiciário e a política.

No Brasil, a pessoa que sofre um abuso sexual deve passar por médicos legistas, por delegacias, onde ela revive todo o abuso que sofreu, um processo bastante traumático. Se para realizar a denúncia contra pessoas comuns já é difícil, contra um líder religioso de relevância internacional os empecilhos são muito mais numerosos e poderosos, como afirma o teólogo e professor da PUC Goiás, José Reinaldo.

Afinal, trata-se da figura desse líder religioso que acabou tendo tanta influência, que era praticamente impossível se posicionar contra ele, uma espécie de mártir. Ele exerce o protagonismo de liderança na religião e a religião tem um papel importante na vida das pessoas. As pessoas não mudam de religião como mudam de roupa. Dali em diante, com ele naquela posição [de influência], sua palavra não é mais a palavra do indivíduo João de Deus, com um CPF – aliás, o nome dele não é esse, João de Deus –, mas já é a figura transfigurada do líder religioso. João de Deus não tem CPF, João de Deus é a figura pública, é a figura institucional daquele segmento e espera-se que a figura pública tenha uma palavra que seja também credível, que seja segura, que seja certa, na qual se pode amparar. Aquilo que o líder religioso diz deveria ser passivo de crença. (Entrevista às autoras).

Assim, é possível entender a demora das denúncias. João de Deus não possuía apenas a religião ao seu lado, mas também todo poder advindo dela. O abuso cometido por um líder religioso fere ainda mais intimamente a pessoa em razão de ela acreditar que aquilo, de algum modo, advir de alguém em que ela depositava total confiança, de quem ela acreditava que tudo o que dizia era verdade, o certo, e que ele estava apenas fazendo a vontade divina.

2.2.3. Leis

O abuso atinge a todos, mas como foi supracitado, as mulheres são os principais alvos, desde a infância. Assim, a conquista de direitos se torna ainda mais importante:

A arquitetura protetiva internacional de proteção dos direitos humanos é capaz de refletir, ao longo de seu desenvolvimento, as diversas feições e vertentes do movimento feminista. Reivindicações feministas, como o direito à igualdade formal (como pretendia o movimento feminista liberal), a liberdade sexual e reprodutiva (como pleiteava o movimento feminista libertário radical), o fomento da igualdade econômica (bandeira do movimento feminista socialista), a redefinição de papéis sociais (lema do movimento feminista existencialista) e o direito à diversidade sob as perspectivas de raça, etnia, entre outras (como pretende o movimento feminista crítico e multicultural) foram, cada qual ao seu modo, incorporadas pelos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos. (PIOVASAN, 2012 p. 70)

Esses são alguns dos direitos que foram incorporados. Esses direitos, que são básicos para os homens, precisaram de anos de luta para que fossem reconhecidos para as mulheres. Assim é definida a história das mulheres como uma história combativa. O ato de combater algo ou alguém significa ir contra opor-se a alguma coisa. E elas se opõem contra tudo e todos e mesmo assim o que têm de conquistas é pouco diante do que ainda precisa ser alcançado.

As conquistas em relação a direitos e leis de amparo para as mulheres é tardia e ainda hoje não foi conquistado totalmente. Desse modo, é de suma importância abordar a criação e o contexto em que as leis de proteção contra o abuso surgiram. Um exemplo foi a aprovação da Lei da Importunação Sexual, como já foi mencionado, e que busca oferecer mais proteção às mulheres vítimas de comportamentos abusivos dentro de espaços coletivos. Outra legislação nesse sentido é a Lei do Minuto Seguinte. Ela assegura e dispõe sobre o atendimento obrigatório e gratuito para pessoas que passaram especificamente por violência sexual, considerando esse tipo de agressão qualquer forma de ato sexual não consentido. Essa lei garante que hospitais das redes públicas ofereçam às vítimas atendimentos emergenciais para o tratamento físico e psicológico logo após o abuso, disponibilizando os seguintes serviços conforme a LEI Nº 12.845, DE 1º DE AGOSTO DE 2013 (BRASIL, 2013). Essa lei possui suma importância para o apoio às vítimas, já que, de acordo com a 14ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2019 (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019), a cada 8 minutos acontecia um estupro no País. Esse tipo de amparo com hospitais à disposição para o cuidado da integridade física e psicológica, portanto, afeta de forma positiva a recuperação de uma vítima de abuso.

Existem outras leis que combatem os crimes relacionados ao abuso, mas vale ressaltar as duas acima mencionadas pelo surgimento tardio e por se tratar de casos repetitivos, como a da importunação sexual, cujos autores eram muitas vezes detidos por terem cometido “leves delitos”. Ademais, há as leis de criminalização ao assédio sexual, ao assédio moral, ao estupro, ao estupro de vulnerável, entre outros. Esses crimes advêm da violência, sejam em lares abusivos, seja da violência dentro do país de forma geral.

Dessa forma, falando em violência, é necessário abordar outras duas leis que possuem igual importância e que vieram para proteger as mulheres. Uma delas é a

Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, após duas tentativas de homicídio contra a mulher que a inspirou, Maria da Penha Maia Fernandes e que só obteve justiça quase 20 anos após os crimes. Ela que sofreu também com a violência doméstica em uma época que não existia a Lei do Feminicídio, que poderia tê-la amparado.

Somente depois de 9 anos após o surgimento da Lei Maria da Pena que o feminicídio se tornou lei. A Lei do Feminicídio é de grande relevância, já que ela prevê uma pena maior para os agressores e, finalmente, os enquadra em um crime hediondo, que são aqueles de extrema gravidade. Segundo o portal do Conselho Nacional do Ministério Público, crime hediondo

em Direito Penal, é um adjetivo que qualifica o crime que, por sua natureza, causa repulsa. O crime hediondo é inafiançável e insuscetível de graça, indulto ou anistia, fiança e liberdade provisória. São considerados hediondos: tortura; tráfico de drogas; terrorismo; homicídio, quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente; homicídio qualificado; latrocínio; extorsão qualificada pela morte; extorsão mediante sequestro e na forma qualificada; estupro; atentado violento ao pudor; epidemia com resultado morte; genocídio; falsificação; corrupção ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais. Considera-se também hediondo o crime de genocídio previsto nos artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889/56, tentado ou consumado. O crime de feminicídio é classificado como aquele que é motivado por condições de gênero, violência doméstica, entre outros. (Conselho Nacional do Ministério Público, C.,2015).

É importante ressaltar o contexto de surgimento da Lei do Feminicídio, que foi durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff. Uma mulher que enfrentou uma série de abusos desde a Ditadura Militar, durante o período em que governou o Brasil, a maioria deles por se opor ao regime dominante e por ser mulher. Assim, a Lei 13.104/15 foi criada através de uma recomendação da CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) sobre Violência Contra a Mulher do Congresso Nacional, que investigou a violência contra mulheres nos estados brasileiros entre março de 2012 e julho de 2013 (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2020).

Assim, as vítimas de violência doméstica que passam por tentativas de feminicídio possuem agora mais uma forma de proteção legal, que visa culpabilizar de fato o agressor impondo uma pena condizente com o crime brutal.

2.2.4. Importância das redes de apoio

As redes de apoio, outro aspecto do tema contemplado pelo livro *Reféns do Medo*, são cruciais para ajudar as vítimas de violências espalhadas pelo mundo todo. O papel principal dessas organizações e instituições é ajudar essas mulheres com informações e solidariedade. É dever do Estado proteger e estabelecer campanhas de prevenção e combate à violência contra mulheres, mas, como a justiça em muitos casos acaba sendo falha, existem iniciativas e canais que podem amenizar o sofrimento dessas vítimas, como casas de apoio e centrais de ajuda com atendimentos psicológicos.

O Mapa do Acolhimento, por exemplo, é uma rede que reúne milhares de mulheres que sofrem ou sofreram violência de gênero. Essa rede de apoio disponibiliza assistência gratuita com atendimentos psicológicos e advogadas que contribuem de forma voluntária. A Lei do Minuto Seguinte trouxe, de forma mais efetiva, a obrigatoriedade dos hospitais de realizar o primeiro atendimento de forma urgencial após uma denúncia de estupro, além de encaminhar os relatórios para os órgãos responsáveis.

Os Centros Especializados de Atendimento à Mulher (CEAMS), do Governo do Estado, são outro trabalho nesse sentido. São espaços de acolhimento para os diversos tipos de violência contra a mulher e a partir dele é possível encontrar auxílios variados, como apoio psicossocial, delegacias, Ministério Público, entre outros equipamentos públicos que compõem os serviços do Estado.

Além de redes apoios, existem as instituições que foram criadas por mulheres que sofreram algum tipo de violência e tiveram a iniciativa de ajudar outras vítimas a partir do contexto que elas também foram sujeitas. O Instituto Bárbara Penna é um exemplo disso, movimento com o objetivo de combater a violência doméstica e o feminicídio. Bárbara Penna foi vítima quando tinha 19 anos, tendo sido espancada pelo companheiro em seu apartamento. O agressor chegou a jogar álcool em seu corpo antes de jogá-la pela janela do terceiro andar. Juntos, tinham um casal de filhos, que morreram asfixiados pela fumaça do fogo que o marido ateou à esposa. A vítima teve 40% do corpo queimado e diversas fraturas.

Já o instituto é localizado no Rio Grande do Sul e em seu site há um espaço para mulheres que precisam de ajuda, o que pode ser encontrado no site: barbarapenna.46graus.com. Movimentos como esses são fundamentais para

ressaltar a crueldade humana e mostrar que esses canais de ajuda são grandes aliados para ajudar mulheres vítimas de violência e se unirem com o mesmo propósito, para que não sejam silenciadas, buscando ajuda para evitar tragédias maiores e punirem os seus agressores.

Os serviços de assistência social são disponibilizados através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), órgão público do Governo Federal, que presta serviços de assistência social para áreas que apresentam menor poder aquisitivo. O Disque 180 também pode ser acionado em casos de emergências para atendimento imediato e encaminham para órgãos especializados. O número 190 é da Polícia Militar e recebe ligações gratuitas em todo território nacional em casos de urgência, para ocorrências de agressão, estupros e tentativas de feminicídio, entre outros crimes.

Essas são algumas das redes de apoio disponíveis para casos de denúncias e solidariedade para vítimas de violência em geral, contudo essas mulheres têm o direito de conseguir assistência governamental sempre que precisarem. Educação, saneamento básico, saúde são alguns dos direitos fundamentais que devem ser assegurados a todos os cidadãos e os direitos de segurança contra a violência também devem ser sempre fornecidos. Mas por conta de regiões e serviços indisponíveis em determinadas áreas, infelizmente esses serviços não são executados com eficiência, como a assistente social Gláucia Lelis exemplifica:

Tem muitas famílias em que o ciclo de violência persiste. A denúncia foi feita, mas o agressor não necessariamente foi tirado do convívio. Entre a denúncia e a responsabilização do ato, aquela criança permanece no mesmo ambiente porque não tem um abrigo na cidade X em que ela sofreu a violência, não tem um abrigo com a equipe que deveria ter, porque os abrigos precisam ter assistentes sociais, psicólogos, agentes sócio educadores para orientar. Então, não, a rede não está completa. Os processos judiciais demoram muito por conta dessas questões todas. (Entrevista às autoras).

O Estado deve regulamentar essas ações para instalação de redes de apoio para abranger todo o território nacional com abrigos, instituições, atendimentos psicossociais, psicólogos e profissionais qualificados para contribuir com o processo de acolhimento para todas as vítimas de violência.

Por isso, é reafirmada a importância do livro-reportagem *Reféns do Medo: A Realidade do Abuso no Brasil*, visto que ele aborda essa temática tão sensível com

profundidade, trazendo um amplo trabalho de apuração jornalística que contém dados comprovados, entrevistas exclusivas com especialistas de diversas áreas que lidam de diferentes formas com o drama do abuso, a discussão de casos que obtiveram grande repercussão na mídia, depoimentos de vítimas, colhidos dentro dos preceitos éticos e com total respeito a quem dava o relato. Essas histórias também ilustram os dados colhidos enfatizando que tais crimes envolvem, antes de mais nada, vidas e pessoas e não apenas números em estatísticas.

Desse modo, *Reféns do Medo: A Realidade do Abuso no Brasil* tem grande relevância tanto para a comunidade jornalística, pelo fato de abordar com alta complexidade os fatos relacionados ao abuso no Brasil, contestar coberturas da mídia e tratar vítimas como pessoas não somente índice, quanto para a comunidade em geral, por se tratar de um tema recorrente na sociedade brasileira e que a própria sociedade mantém sem saber, pelo fato de não entender os mecanismos que o envolvem.

3. DESCRIÇÃO DO PRODUTO

O livro-reportagem *Reféns do Medo: A Realidade do Abuso no Brasil* tem como tema central as questões relacionadas aos tipos de abusos, desde o moral até o sexual. Assim, foi decidido separá-lo em seis capítulos que abordam o assunto por tipo de abuso. Por exemplo, os três primeiros capítulos tratam sobre o abuso sexual cometido contra crianças. Eles foram elencados como os primeiros capítulos porque é na infância e na adolescência que o indivíduo se constrói como pessoa. Levou-se em conta também que esses abusos afetam a vida adulta, gerando traumas que impedem o estabelecimento de relações afetivas saudáveis, impedindo que a pessoa deposite qualquer tipo de confiança no outro e em si mesma. O abuso sofrido fica para sempre marcado na memória das vítimas.

O primeiro capítulo, intitulado “Confiança Perdida”, discute sobre como a família é o pilar mais importante na formação do indivíduo e como traumas na infância acarretam problemas muito maiores. Assim, o título “Confiança Perdida” remete aos lares onde as crianças não se sentem seguras na presença dos pais ou responsáveis legais, a lares que não fornecem tudo o que é necessário para o desenvolvimento dessas pessoas. Ele também explica os tipos de negligências cometidas por pais ou responsáveis legais durante a infância e a adolescência. Ademais, trata sobre o principal grupo atingido por essas negligências, grupos de pessoas que possuem algum tipo de vulnerabilidade, por exemplo, a financeira. Ao longo do início do capítulo é abordado como a presença dos pais e/ou responsáveis legais é necessária para o desempenho da pessoa durante toda sua vida. Desse modo, o capítulo é iniciado com o primeiro relato trazido da vida pessoal de uma das autoras. Esse relato trata de como a base familiar é importante para a criança se reconhecer como capaz de fazer algo. Também são colocadas as diversas formas de se ter uma família, com pai e mãe, avós, tio e tias, pai e mãe, entre outros.

A partir daí é iniciado o assunto sobre o abuso dentro do leito familiar com um depoimento de uma vítima. Neste depoimento é utilizado um pseudônimo para a preservação de imagem da pessoa entrevistada. A vítima não conseguiu dar seu depoimento por vídeo chamada porque sente muita vergonha em relação aos fatos narrados. Assim, ela encaminhou áudios por meio do aplicativo de mensagens

“WhatsApp”. A vítima conta a relação de assédio que ainda sofre dentro da casa dos avós por parte de um tio materno.

Após a exemplificação com este caso, são apresentadas estatísticas de estupro no Brasil realizadas contra crianças. Para melhor ilustrar as estatísticas é colocado mais um relato acerca de estupro de vulnerável, uma menina abusada por funcionários de um Parque de Diversões. Assim, entra a primeira fonte especialista, que é a professora e assistente social Gláucia Lelis, falando sobre a realização de denúncias, o papel do Conselho Tutelar e como esses processos afetam as crianças.

O próximo subtema é “Violência doméstica”, porque mesmo sendo vítimas de agressões dentro de casa, muitas mulheres permanecem nesses lares opressores e hostis por conta da dependência que desenvolvem em relação ao seu algoz, seja emocional ou financeira. E isso afeta diretamente na formação das crianças. O capítulo é iniciado com a história Maria da Penha Maia Fernandes. Foi a partir de seu caso, vítima de duas tentativas de homicídio impetradas pelo próprio companheiro e que acabaram lhe deixando paraplégica, que foi criada a Lei Maria Da Penha, contra a violência doméstica. Também é contada a história da lei no Brasil. Em seguida, é apresentada a próxima fonte especialista, Ariana Teles, Presidente da Comissão da Mulher da OAB em Goiás. Ela explica sobre como a lei tem referência internacional na defesa dos direitos das mulheres. Assim, são inseridos mais dados que comprovam a violência doméstica contra mulheres no Brasil.

Posteriormente, vem o primeiro depoimento relacionado a este subtema. Este relato conta com duas vítimas de um mesmo homem: sua esposa e sua filha. Ambas sofrem com agressões dentro de casa partindo do pai deste indivíduo, com a violência aumentando com a presença de um novo namorado da filha. Com isso, a psicóloga e professora da PUC Goiás, Marina Morabi, aborda a dependência emocional dentro do relacionamento e como muitas mulheres não enxergam o que o companheiro é e o que ele faz realmente. E também traz a discussão sobre dependência financeira, que é ainda mais forte porque muitas mulheres abandonam as carreiras profissionais em prol da criação dos filhos. Assim, se houver o término do relacionamento, essa mulher não terá nenhum tipo de fonte de renda.

Ariana Teles, Presidente da Comissão da Mulher da OAB em Goiás, volta falando sobre o que caracteriza violência doméstica e ressalta novamente a importância da Lei Maria Da Penha. Após essa parte, são apresentados dados que

comprovam o baixo percentual de mulheres que realizam denúncias. E são retomados pontos importantes do depoimento da vítima citada anteriormente para explicar mais sobre a dependência financeira. Ariana prossegue falando mais sobre a Lei Maria Da Penha, sobre suas falhas e alterações.

Em seguida, o livro traz mais um relato que abrange a questão da medida protetiva e sua ineficiência no que se refere à total preservação das vítimas. Trata-se de uma idosa de 61 anos, que é viúva e mantém um relacionamento com um rapaz mais novo. Ele comete constantes agressões contra ela e mesmo com denúncias e medida protetiva, ele ainda reside com a idosa e a agride. Situações assim, constantemente, evoluem para atos mais graves, oportunidade para falar da Lei do Feminicídio e sua relevância. Nesse debate, insere-se um trecho que enfatiza a superação de um antigo argumento que foi muito usado em casos de feminicídio, a legítima defesa da honra e o crime passionai. O livro informa sobre como foi tardia a proibição do uso destes termos (apenas em 2021) em processos penais envolvendo feminicídio.

O último subtema deste capítulo é o “Lares que formam agressores”. Ele começa abordando a reintegração do agressor dentro do lar e como isso afeta toda a família, já que a maioria deles não muda as atitudes. Uma pesquisa é mostrada sobre como isso pode influenciar as crianças para a reprodução das violências vivenciadas. E é retomada a agressão sexual cometida contra crianças. O livro trata também sobre a pena dos acusados de abuso sexual contra crianças e como ela aumenta de acordo com a proximidade com a vítima. Assim, são abordados os processos de denúncias e como eles são traumáticos, sendo as meninas ainda a maioria das vítimas. Desse modo, o primeiro capítulo é encerrado apresentando um infográfico sobre como as pessoas mais próximas são as abusadoras das crianças.

O próximo capítulo, intitulado de “Infância Roubada”, aborda como os estupros e abusos roubam literalmente a infância de uma criança. Traz como esses tipos de agressão marcam uma pessoa pelo resto da vida, como acompanham a vítima em relacionamentos, no trabalho e na família. Também revela um fato pouco discutido, que é a prática dos estupros dentro do casamento e como agora eles podem ser criminalizados. O capítulo é iniciado com o depoimento de Kamila (nome fictício) que foi diversas vezes assediada pelo ex-padrasto enquanto era apenas uma criança.

Este relato foi marcante porque mostra como um crime afeta a vida da vítima. Kamila até hoje tem medo e, como ela mesma diz em uma parte de seu depoimento, tem aversão a certas “brincadeiras” que lembram a infância (já que remetem ao que o padrasto fez com ela). Outra situação incômoda é quando vê crianças acompanhadas de uma figura masculina, pois sempre liga essa situação corriqueira aos abusos que ela própria sofreu. O abuso que roubou a infância desta mulher hoje a faz se sentir insegura, mas Kamila ressalta o apoio à educação sexual nas escolas, já que como professora e vítima ela reconhece a importância do ambiente escolar no papel de auxílio à identificação de abusos. O depoimento de Kamila é extenso. Como foi colocado anteriormente, ela trata de diversos assuntos relacionados ao trauma. A relação com o marido, com os filhos e principalmente a relação com a mãe são afetados, ainda hoje, pelo que ocorreu no passado.

Após a última parte do depoimento de Kamila é iniciado o primeiro subtema deste capítulo, o “Estupros no casamento”. Como diz o título, estupros no casamento acontecem muito mais frequentemente do que as pessoas pensam. Ainda se trata de algo imposto na cultura e pelo machismo, em que se acredita que as mulheres, ao estarem dentro de um relacionamento, possuem a obrigação de satisfazer o parceiro quando ele quiser, mesmo que seja contrário à própria vontade. Entretanto, para que algo seja considerado crime são necessárias provas de tal ato. A criminalização de tal abuso é nova no Código Penal brasileiro e se torna ainda mais difícil quando é preciso provar o estupro. Por se tratar de uma pessoa com a qual a intimidade com a vítima é constante, marcas de agressão são mais imperceptíveis e as próprias situações de abuso mais complicadas de serem descritas e comprovadas.

Esse subtema é mais breve. Logo em seguida vem a abordagem do “Estupro de Vulnerável”. O debate sobre esse crime começa com um dos depoimentos mais fortes que tivemos neste livro. O relato foi colhido de forma cuidadosa, como a vítima pediu. Apenas uma das autoras esteve presente para que ela pudesse se sentir mais segura. Usamos nome fictício para não expor a vítima. Ele trata de relações amorosas e com a família. Trata-se do relato de como uma menina foi violentada pelo namorado e pelo irmão dele. E traz o porquê de muitas mulheres não denunciarem, quando a vergonha e repulsa de si mesmas são mais fortes, mesmo a pessoa sendo a vítima.

O depoimento dessa vítima ocupa todo o subtema “Estupro de Vulnerável”, porque na época em que o abuso aconteceu, ela tinha apenas 14 anos de idade. Hoje,

já mais velha e maior de idade, ainda sente vergonha do crime. Ela foi exposta pelo agressor para a família. Segundo ela, essa é a parte mais marcante do estupro.

O próximo subtema é o “Casos”. Ele trata dos inúmeros casos de abuso e como eles não têm um padrão de vítima, tanto que é abordado um outro aspecto em relação às denúncias: meninos que são violentados. Esse fato tem extrema importância porque mostra o quanto estamos evoluindo como sociedade em certos sentidos, já que com o machismo em demonstrar qualquer forma de fraqueza era inaceitável até bem pouco tempo atrás, o que impedia denúncias dessa natureza. Para um homem, denunciar que sofreu um estupro é muito mais difícil e constrangedor em razão dessas normas sociais que colocam o sexo masculino em uma posição de quase invulnerabilidade, algo que começa a mudar. Assim, é colocado um exemplo de um homem que sofreu com isso e obteve grande repercussão, o ginasta Petrix Barbosa. Como está descrito no livro-reportagem.

Ele acusou o técnico Fernando de Carvalho Lopes por uma série de abusos contra si quando ainda era uma criança. Os abusos teriam começado quando ele tinha 10 anos, e continuaram até ele completar 13 anos e sair da equipe do Mesc e ir treinar em São Caetano. O caso veio à tona depois de o ginasta ter virado adulto. Ele, em entrevista ao Globo Esporte, revelou que tinha conhecimento de outras vítimas e que se contasse antes não teria forças para passar por cima disso. (Globo Esporte, Assis, 2018)

Nesses debates, é acrescentada a contribuição de Marina Morabi, mestre em Psicologia, docente na Pontifícia Universidade Católica de Goiás e coordenadora do Programa de Referência em Inclusão Social na Comunidade (PRIS), entrevistada para o livro-reportagem. Ela aborda sobre o que é abuso e como caracterizá-lo. Como ele está presente de diversas formas e como muitas vezes não são percebidos ou não são denunciados os crimes dessa natureza.

Desse modo, encerra-se este capítulo e é iniciado o seguinte, chamado “Pornografia Infantil, Pedofilia e Sexualização de Crianças”. Ele começa com a explicação do que é a pornografia infantil e como ela é penalizada. Logo depois, é abordado que mesmo na pandemia do Covid-19, os casos de pornografia infantil não pararam de crescer. Assim, para exemplificar melhor, é inserido um infográfico da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos/SaferNet Brasil que trata da retirada de publicações nas redes sociais que trazem pornografia infantil e constata

que a maioria ainda persiste no ar. Além disso, se fala sobre o risco de as crianças estarem cada vez mais conectadas na internet, o que as deixa mais expostas a tais conteúdos. Segundo um dado do IBGE apresentado no livro, “entre os brasileiros com 10 anos de idade ou mais, a utilização da Internet subiu 69,8% em 2017 e 74% em 2018”. E como com a pandemia, as crianças passaram a ser mais frequentes na internet, em razão do isolamento social e da transferência de aulas e atividades para o ambiente digital. Com isso, elas se tornaram alvos ainda mais fáceis desse tipo de crime. O livro traz uma breve explicação sobre a diferença entre pedofilia, abuso sexual e crime virtual, visto que, muitas pessoas ainda confundem esses conceitos. A pedofilia é um distúrbio e não necessariamente um crime, mas tal patologia, quando não tratada, pode levar ao cometimento de crimes contra crianças. Essas diferenças são explicitadas por meio de uma imagem que traz os conceitos de cada uma dessas questões.

O capítulo “Vida Pública Importunada” trata de três temáticas. Uma delas é o assédio no transporte coletivo. A maioria desses casos acontece em grandes cidades e nesse subtítulo ressaltamos como passou a ser configurado o crime de importunação sexual, que é o ato, por meio de grave ameaça ou violência, de tocar nas partes íntimas de outra pessoa ou fazer algum ato de conotação sexual contra uma vítima (masturbar-se diante dela, por exemplo), prática ilícita muito praticada nos meios de transporte público. O segundo subtítulo deste capítulo é o assédio sexual no trabalho e para exemplificarmos de quais maneiras essa violência acontece, mostramos o problema através de dados e com a participação de Elisa, mais uma entrevistada do livro-reportagem que relatou como o seu primeiro emprego de jovem aprendiz foi traumático após ser alvo de tentativa de assédio sexual. Vale ressaltar que na época em que foi vítima de um colega de trabalho, ela ainda era menor de idade. Por fim, há o assédio moral, que também foi destacado muito nas relações de trabalho. Ele ocorre, por exemplo, nas pressões psicológicas a que várias empresas submetem seus colaboradores. Para reforçar esse debate, foi realizada uma pesquisa do Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE), na qual 92% das pessoas consideraram que as mulheres são as principais vítimas de assédio no trabalho em relação aos homens, denotando mais uma vez o fator do machismo envolvido em tais práticas de abuso.

O próximo capítulo chama-se “Abuso de Poder Ligado à Religião”, no qual apresentamos casos de líderes religiosos que cometeram abusos e estupros contra seus fiéis. No subtítulo “Violência Sexual Mediante Fraude” apresenta casos repercutidos no País como o caso do João de Deus, conhecido popularmente no Brasil como curador e que está cumprindo pena de reclusão desde 2018 por cometer uma série de abusos sexuais contra mulheres durante atendimentos espirituais. São citados ainda outros casos de padres e pastores que usaram da fé para manipular e cometer violência, todos destacados neste capítulo, configurando os diversos abusos da fé.

Já no último capítulo, “Redes de apoio”, são mostrados canais de ajuda a que as mulheres vítimas de todos os tipos de violência podem recorrer para procurar ajuda, como o Mapa do Acolhimento, uma rede que oferece atendimento jurídico e psicológico para as mulheres do Brasil inteiro, oferecendo esse serviço de auxílio de modo online. Também exemplificamos o surgimento das redes de solidariedade e as razões de se criar essas ações. Há ainda o Instituto Bárbara Penna, que é um movimento para combater a violência doméstica e o feminicídio. A própria Bárbara, que dá nome à instituição, viveu essa experiência de violência. Há também os canais oficiais para o enfrentamento à violência como delegacias especializadas para atendimento à mulher, casas de abrigo e redes solidárias. Também é explicada a Lei do Minuto Seguinte, que assegura às mulheres vítimas de violência sexual (considerando esse tipo de agressão qualquer forma de ato sexual não consentido) o direito de requerer, em hospitais de redes públicas, que eles ofereçam atendimentos emergenciais para tratamento físico e psicológico quando dão entrada nesses locais após o cometimento dos crimes.

3.1. DIÁRIO DE PRODUÇÃO

O livro reportagem foi produzido pelas duas autoras de forma conjunta e com distribuição igualitária de funções durante todo o processo. Ambas trabalharam em plena parceria desde a escolha do tema até a coleta de dados para a realização da escrita. Em primeiro instante ficou dividido pelas duas selecionar dados e pesquisas acerca do tema pesquisado para decidir o enfoque geral da obra, e logo após houve

a busca de fontes para selecionar, contatar e agendar as entrevistas. Algumas entrevistas não foram realizadas com a presença das duas autoras por serem encontros com vítimas que são próximas somente de uma das alunas, Arieny Alves, como foi o caso de Ingridh (pseudônimo). Para esse depoimento, a vítima solicitou que houvesse somente a presença da autora que ela já conhecia, o nome dessa vítima foi trocado por pseudônimo para não revelarmos a sua verdadeira identidade e a entrevista foi realizada conforme o desejo da mesma. Em casos como esse, o trabalho ficou dividido por igual. Quando não houve a possibilidade da presença por meio das entrevistas de uma das autoras, a mesma dava total suporte para a preparação da pauta, na elaboração das perguntas, na decupagem dos depoimentos e na roteirização das falas.

Para a produção deste trabalho foram realizadas inúmeras pesquisas desde o TCC 1. No primeiro encontro de planejamento, o trabalho foi dividido em tópicos, como as fontes a serem encontradas e os temas para pesquisar antes de iniciarmos a produção do livro. A partir do estudo do assunto – abuso no Brasil – por meio dos artigos científicos pesquisados e com os temas que foram trabalhados dentro do livro-reportagem totalmente definidos, nós começamos a produção do livro. Com esse início, nos deparamos com grande dificuldade em começar o trabalho sem entrevistar as fontes, desde aquelas mais especializadas até as fontes personagens, que viveram os abusos. Foi como se não tivéssemos algo concreto, e dessa forma fomos autorizadas a iniciar as entrevistas.

2. Não foi fácil encontrar mulheres que sofreram algum tipo de violência que aceitassem dar uma entrevista, como o livro aborda diversos temas delicados, desde estupro de vulnerável até violência física, moral e psicológica. O nosso foco inicial era conseguir mulheres que foram vítimas de estupro para mostrarmos como identificar um abuso, mas pela falta de fontes, decidimos expandir os nossos temas e abordar diversos tipos de violência. As fontes personagens foram identificadas por meio do contato que a maior parte dela já estabelecia conosco, elas antes do livro-reportagem já faziam parte das nossas vidas como amigas, colegas ou conhecidas.

Uma das partes mais fortes do nosso livro é um caso que conseguimos entrevistar uma jovem que foi vítima de estupro coletivo. Conduzir essa entrevista foi um desafio, já que o depoimento foi marcado por grande aflição no sentido de tocar em um trauma da vítima e enxergar as dificuldades que foi para ela relatar toda a

história. Dessa forma, a entrevista foi realizada por uma plataforma de vídeo-chamada (Teams), onde apenas uma das autoras esteve presente, atendendo um pedido da vítima, já que, casos de abuso sexual são ligados à intimidade da pessoa e causam mais vergonha na vítima do que ao agressor. Respeitamos todos os limites da vítima e nos pautamos no código de ética do jornalista para realizar a entrevista. Como previsto no “Art. 5º É direito do jornalista resguardar o sigilo da fonte”, assim preservamos a identidade de todas as vítimas entrevistadas para não colocar em risco a integridade delas” (FENAJ, 2007, p. 01.).

Também conseguimos contato com mais duas vítimas que sofreram abuso quando ainda eram crianças. A segunda vítima nos concedeu extensos depoimentos e foi de suma importância para a realização do livro. Já a terceira vítima não conseguiu expor os fatos e desistiu de participar.

Para realizar as entrevistas tivemos bastante cuidado ao conversar com as vítimas. Um exemplo disso é uma adolescente que sofre violência doméstica do seu próprio pai e do qual a sua mãe também é vítima. As duas ainda convivem com o agressor e nunca denunciaram para autoridades policiais a situação. Para não colocar em risco as entrevistadas, a conversa foi realizada por meio de aplicativos de mensagens em um momento em que a jovem não estava em sua casa.

Em relação às fontes especialistas utilizadas no livro, todas elas, assim como os personagens, autorizaram o uso de imagens e das informações repassadas. O interessante foi que sempre que entrevistávamos uma fonte especialista ela indicava outra fonte que acrescentaria bastante na produção do nosso livro. Além disso, como estamos em um cenário de pandemia de Coronavírus, grande parte delas foi acessada em entrevista pela plataforma Teams, por meio de vídeo-chamadas. Apenas a entrevista com o teólogo e professor na Pontifícia Universidade Católica de Goiás, José Reinaldo, foi realizada presencialmente. Ele que teve grande contribuição no capítulo do abuso ligado à religião.

3. Durante a produção do livro, a parte mais cansativa e que demandou mais tempo foi a transcrição de cada uma das entrevistas. Por se tratar de um assunto delicado, muitas das entrevistas causavam em nós grande comoção. E nas entrevistas com especialistas, todos os detalhes foram de suma importância para dar maior peso aos depoimentos das vítimas e credibilidade ao livro. Assim, começamos a produção de capítulo a capítulo. Tivemos alguns capítulos mais densos que outros

que ao final do livro foram divididos. Outro capítulo, que não se sustentava como uma parte em si, teve suas informações redistribuídas. Quando o conteúdo do livro estava finalizado, começamos a nomear os capítulos, buscando palavras-chave que abrangessem tudo que foi discutido ali. Desse modo, nosso livro ficou pronto com seis capítulos e mais de dez subtemas.

4. A escolha das ilustrações do livro foi uma parte bem pensada também. Nós não queríamos algo que fosse invasivo para os leitores, que não intensificasse quaisquer tipos de estereótipos e, o mais importante, que mostrassem a real face do abuso discutido. Por isso, optamos por ilustrações que fazem referências, não muito explícitas, mas que o leitor consegue associar. Um exemplo foi a ilustração presente no capítulo do abuso ligado à religião, já que muitas pessoas são intolerantes e acreditam na supremacia de uma religião. O ilustrador George Luiz Lima dos Anjos optou por nada muito objetivo e sim por sinais que estão presentes em quaisquer religiões, por exemplo o ato de ajoelhar.

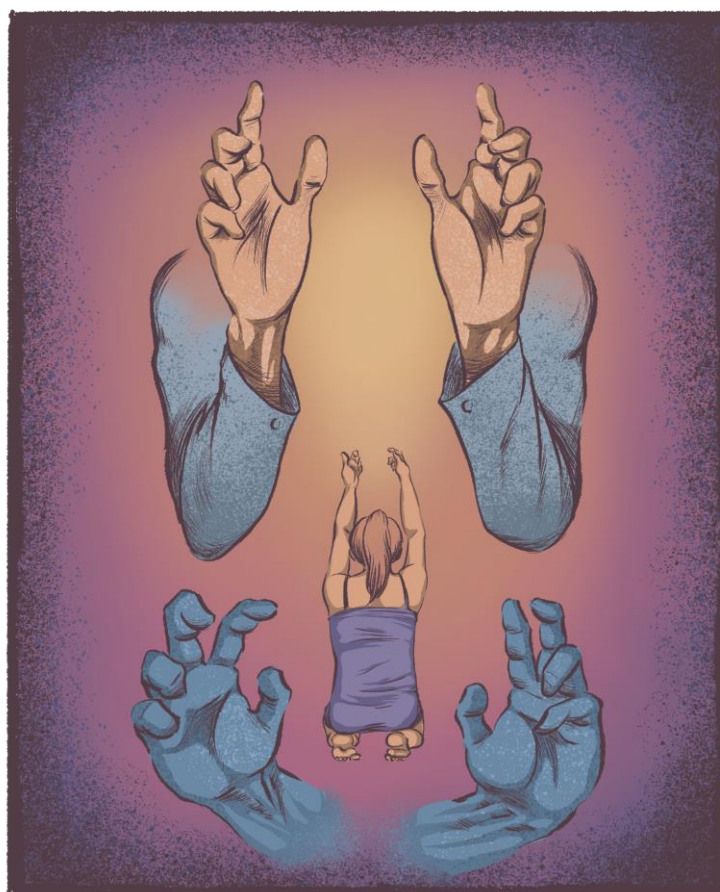


Ilustração: George dos Anjos

5. Já o processo de escolha do nome do livro foi considerado a parte mais difícil porque é muito complexo colocar todas as histórias ouvidas, todos os dados apurados, todos os especialistas entrevistados, em apenas um nome. Um nome que deve representar toda a luta de quem sofre abuso e todo o medo que eles ainda possuem. Um nome que leva uma história de um livro que quer atender ao Art. 6º inciso XI do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. “XI - defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias;” (FENAJ, 2007, p. 02) O nome que escolhemos para atender tudo isso foi “Reféns do medo: a realidade do abuso no Brasil”. Já que é assim que as vítimas vivem, reféns do medo.

6. Por último, o processo de escrita da dedicatória e do agradecimento do livro. É uma parte muito importante, porque ali são depositadas tudo que nos manteve de pé durante a escrita deste tema. Nela está presente quem nos deu apoio, quem caminhou conosco e com as nossas inspirações.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho de Conclusão de Curso consistiu na construção de um livro-reportagem que aborda os diversos tipos de abuso pelos quais milhares de pessoas passam rotineiramente no Brasil, sobretudo as mulheres, como a violência doméstica, o abuso psicológico, o abuso moral, o assédio no trabalho, o assédio no transporte público, o assédio sexual, o estupro no casamento e o estupro de vulnerável. O trabalho tem como objetivo relatar a população sobre esse tema que é bastante importante para alertarmos sobre os inúmeros casos recorrentes de violência que se dão no País. O livro-reportagem *Reféns do Medo: A Realidade do Abuso no Brasil* também consiste em esclarecer sobre algumas leis que coíbem essa natureza de crimes e ressalta que algumas mulheres são silenciadas e permanecem sendo vítimas por muitos anos, num ciclo vicioso de medo e reincidência das práticas abusivas.

As estimativas de casos que constam no livro-reportagem são trazidas por meio de pesquisas voltadas a tais estudos e exemplificadas por meio de mulheres com histórias reais que sofreram ou ainda sofrem algum tipo de violência e que concordaram em dar seu depoimento ao presente trabalho jornalístico. Todos os capítulos apresentam relatos feitos por vítimas, com as contextualizações legais, psicológicas e até teológicas (no caso da parte que trata de abusos cometidos por líderes religiosos) feitas por especialistas que discorrem acerca das temáticas.

Ademais, ao escrever este livro-reportagem, um dos intuitos foi o de mostrar como as histórias de abuso ainda existem, como elas afetam as vítimas e como se tornam marcas na alma dessas pessoas. Além disso, é relevante e jornalisticamente justificado expor estas histórias com dados para a comprovação de que é uma estatística que continua aumentando no Brasil e que elas não são apenas números, mas pessoas, que muitas vezes têm suas vidas destruídas por tais crimes. São pessoas que em sua maior parte não denunciaram e que sofreram ou ainda sofrem caladas, reféns do abuso, reféns de um sistema precário e falho de apoio às vítimas e de punição aos culpados, enfim, reféns do medo.

O livro-reportagem *Reféns do medo. A realidade do abuso no Brasil* consegue escancarar a realidade do abuso no país e como ele ainda se mantém, por meio de uma legislação tardia quanto a criminalizar várias práticas abusivas, por meio de jogos de poder amparados nas crenças pessoais, na dependência emocional ou financeira

e como os processos de denúncias colaboram para a persistência dessas práticas que tantas vítimas fazem todos os dias.

Desde o início da produção do trabalho, a maior indagação foi a de que se as vítimas de abuso – de quaisquer tipos – conseguiam identificá-los ou não. E a grande maioria consegue enxergar atualmente que vivenciou abusos ou que ainda estão experienciando verdadeiros pesadelos em suas vidas privadas, mas que, no passado, no momento quando muitos deles ocorreram, por não possuírem amparo das famílias ou informação suficiente a respeito do tema, não se reconheciam como vítimas.

Através de depoimentos de vítimas, cartilhas, reportagens, artigos científicos e principalmente fontes especialistas no assunto, foi possível alcançar além do esperado. Ao iniciar a escrita do livro-reportagem, havia a expectativa de confirmar as hipóteses iniciais, contudo elas foram superadas em muitos sentidos. Se era aguardado provar que existem pessoas que ainda passam por abusos, mas não entendem que estão vivendo em um, a grande parte das vítimas entrevistadas mostrou, contudo, que elas reconhecem a própria situação, mas que há diversos empecilhos que dificultam a saída daquele contexto.

A grande questão que envolve o abuso é essa: não apenas o crime em si, mas como a sociedade está disposta em mantê-lo. Medidas protetivas ineficientes, leis que muitas vezes não são aplicadas, coberturas midiáticas que costumam contar o fato de maneira espetacularizada mas não expor o que o carrega, com uma preocupação maior com números e não histórias. O presente livro-reportagem rompe com esses vícios e revela uma realidade dolorosa, complexa e que não merece ser tratada de forma apressada, estereotipada e superficial. Um trabalho desta natureza precisa se comprometer a dar outras visões sobre o assunto que aborda. Reféns do Medo cumpre essa missão.

REFERÊNCIAS

ACÚMULO de funções no trabalho e na vida doméstica está afetando a saúde das mulheres. **Revista Pequenas Empresas, Grandes Negócios**, 2017. Disponível em: <<https://revistapegn.globo.com/Mulheres-empendedoras/noticia/2017/02/acumulo-de-funcoes-no-trabalho-e-na-vida-domestica-esta-afetando-saude-das-mulheres.html>>. Acesso em: 15 de jun. de 2021.

ALMEIDA, H. B. Gênero e sexualidade na mídia: de “Malu” a “Mulher”. **31º Encontro Anual ANPOCS 2007**. Caxambu, MG: ST 28 - Sexualidade e ciências sociais: desafios teóricos, metodológicos e políticos, 2007.

ALMEIDA, H. B. Trocando em miúdos: gênero e sexualidade na TV a partir de Malu Mulher. **SCIELO - REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, São Paulo: v. 27, n. 79, jun. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/KfLgr3SjfMs7FHpFmTjGz9M/?lang=pt&format=html>>. Acesso em: 9 de jun. de 2021

ALVES, S. Julgamento de influencer Mariana Ferrer termina com tese inédita de ‘estupro culposo’ e advogado humilhando jovem. **The Intercept Brasil**, 2020. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposo/>>. Acesso em: 3 de mar. de 2021.

AMAZÔNIA REAL, AGÊNCIA ECO NORDESTE, COLABORA, PORTAL CATARINAS E PONTE JORNALISMO. Mulheres enfrentam em casa a violência doméstica e a pandemia da Covid-19. **Projeto Colabora**, 2020. Disponível em: <<https://projetocolabora.com.br/ods5/mulheres-enfrentam-em-casa-a-violencia-domestica-e-a-pandemia-da-covid-19/>>. Acesso em: 10 de ago. de 2021.

ANUÁRIO Brasileiro de Segurança Pública. **FORÚM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**, 2019. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>>. Acesso em: 20 de fev. de 2021.

ANUÁRIO Brasileiro de Segurança Pública. **FORÚM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**, 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>>. Acesso em: 20 de fev. de 2021.

ARAÚJO, A. **Abuso a cultura do estupro no Brasil**. Ed. 1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2020.

ASSÉDIO Sexual. **Ministério Público de São Paulo**. Disponível em: <[http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Nucleo de Genero/assedio sexual/assedio legis/crime%20de%20%20ass%C3%A9dio%20sexual.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Nucleo%20de%20Genero/assedio%20sexual/assedio_legis/crime%20de%20%20ass%C3%A9dio%20sexual.pdf)>. Acesso em: 10 de jul de 2021.

ASSIS, J. Petrix se liberta de trauma e explica silêncio no passado: "Não teria tanta força". **Portal Globo Esporte**, 2018. Disponível em: <<https://ge.globo.com/ginastica->

[artistica/abuso-na-ginastica/noticia/petrix-se-liberta-de-trauma-e-explica-silencio-no-passado-nao-teria-tanta-forca.shtml](#)>. Acesso em: 19 de jul. de 2021.

AZEVEDO, R. O IBGE e a religião — Cristãos são 86,8% do Brasil; católicos caem para 64,6%; evangélicos já são 22,2%. **Revista Veja**, 2012. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-ibge-e-a-religiao-cristaos-sao-86-8-do-brasil-catolicos-caem-para-64-6-evangelicos-ja-sao-22-2/>>. Acesso em: 15 de set. de 2021.

BARBARA PENNA. Página inicial: **Barbara Penna**. Disponível em: <<https://barbarapenna.46graus.com/>>. Acesso em 10 de nov. de 2021.

BARROS, Alexandre. Homens ganharam quase 30% a mais que as mulheres em 2019. **Agência IBGE Notícias**, São Paulo, 6 de mai. de 2020. Disponível em: <[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27598-homens-ganharam-quase-30-a-mais-que-as-mulheres-em-2019#:~:text=Os%20homens%20tiveram%20rendimento%20m%C3%A9dio,hoje%20\(6\)%20pelo%20IBGE](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27598-homens-ganharam-quase-30-a-mais-que-as-mulheres-em-2019#:~:text=Os%20homens%20tiveram%20rendimento%20m%C3%A9dio,hoje%20(6)%20pelo%20IBGE)>. Acesso em: 29 de mar. de 2021.

BARROS, Alexandre. Homens ganharam quase 30% a mais que as mulheres em 2019. **Agência IBGE Notícias**, São Paulo, 6 de mai. de 2020. Disponível em: <[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27598-homens-ganharam-quase-30-a-mais-que-as-mulheres-em-2019#:~:text=Os%20homens%20tiveram%20rendimento%20m%C3%A9dio,hoje%20\(6\)%20pelo%20IBGE](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27598-homens-ganharam-quase-30-a-mais-que-as-mulheres-em-2019#:~:text=Os%20homens%20tiveram%20rendimento%20m%C3%A9dio,hoje%20(6)%20pelo%20IBGE)>. Acesso em: 29 de mar. de 2021.

BELTRAN, N. P.; PUJOL, D. G. 30% das crianças reproduzem comportamento agressivo dos pais. **Gazeta do Povo – Sempre Família**, 2020. Disponível em: <<https://www.semprefamilia.com.br/pais-e-filhos/30-das-criancas-reproduzem-comportamento-agressivo-dos-pais/>>. Acesso em: 15 de jul. de 2021.

BERNARDES, T. As conquistas das mulheres ao longo da história. **Futura**, 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/10/10/uma-mulher-e-morta-a-cada-nove-horas-durante-a-pandemia-no-brasil>>. Acesso em: 19 de ago. de 2021.

BESSA, C. R. S. Legítima defesa da honra não é mais desculpa para matar mulher. **Migalhas**, 2021. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/345376/legitima-defesa-da-honra-nao-e-mais-desculpa-para-matar-mulher>>. Acesso em: 27 de jun. de 2021.

BITTAR, P. Lei do Femicídio faz cinco anos. **Agência Câmara de Notícias**, 2020. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/643729-lei-do-femicidio-faz-cinco-anos/>>. Acesso em: 20 de ago. de 2021.

BORGES, F. Defesa diz que padre preso suspeito de cometer abusos prometendo 'recuperar virgindade' nega acusações. **Portal G1 Goiás**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/goias/noticia/defesa-diz-que-padre-presosuspeito-de-cometer-abusos-prometendo-recuperar-virgindade-nega-acusacoes.shtml>>. Acesso em: 3 de set. de 2021.

BRASIL é o 11º no ranking de abuso e exploração sexual infantil, revela relatório mundial. **Crescer Online**, 2019. Disponível em: <<https://revistacrescer.globo.com/Voce-precisa-saber/noticia/2019/01/brasil-e-o-11-no-ranking-de-abuso-e-exploracao-sexual-infantil-revela-relatorio-mundial.html>>. Acesso em: 12 de mai. de 2021.

BRASIL registra mais de 40 mil denúncias de pornografia infantil. **Observatório do Terceiro Setor**, 2020. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/brasil-registra-mais-de-40-mil-denuncias-de-pornografia-infantil/>>. Acesso em: 5 de jun. de 2021.

BRASIL. Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001. **Presidência da República – Casa Civil**. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10224.htm>. Acesso em: 15 de abr. de 2021.

BRASILEIROS consideram líderes religiosos mais confiáveis que cientistas. **Exame**, 2019. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/brasileiros-consideram-lideres-religiosos-mais-confiaveis-que-cientistas/>>. Acesso em: 15 de ago. de 2021.

CAMPANHA DE COMBATE À IMPORTUNAÇÃO SEXUAL NO TRANSPORTE COLETIVO – BELO HORIZONTE. **FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**, 2021. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>>. Acesso em: 26 de abr. de 2021.

CANAL CIÊNCIAS CRIMINAIS. Afinal, o que é a legítima defesa da honra?. **JusBrasil**, 2016. Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/459668535/afinal-o-que-e-a-legitima-defesa-da-honra>>. Acesso em: 11 de jun. de 2021.

CARONE, C. Infância roubada: pastor estuprou meninos de igreja do DF por 16 anos. **Metrópoles**, 2021. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/distrito-federal/infancia-roubada-pastor-estuprou-meninos-de-igreja-do-df-por-16-anos>>. Acesso em 15 de jul. de 2021).

CNMP – CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Crime hediondo, Página Institucional**. Disponível em: <<https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/476-glossario/8190-crime-hediondo>>. Acesso em: 2 de ago. de 2021.

COMO os pais podem detectar sinais de abuso sexual em seus filhos. **Gazeta do Povo – Sempre Família**, 2020. Disponível em: <<https://www.semprefamilia.com.br/educacao-dos-filhos/como-os-pais-podem-detectar-sinais-de-abuso-sexual-em-seus-filhos/>>. Acesso em: 9 de ago. de 2021.

COUTO, A. T. **Livro-reportagem**: guia prático para profissionais e estudantes de jornalismo. Alínea: Campinas, 2017.

CUNHA, C. Femicídio - Brasil é o 5º país em morte violentas de mulheres no mundo. **UOL**. Disponível em: <<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das->

[disciplinas/atualidades/femicidio-brasil-e-o-5-pais-em-morte-violentas-de-mulheres-no-mundo.htm](#)>. Acesso em: 26 de set. de 2021.

ENGEL, C. L. A Violência Contra a Mulher. **IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_d_a_violencia_contra_mulher.pdf>. Acesso em: 25 de jun. de 2021.

ESTUDANTE de medicina é condenado por estupro virtual contra menino de 10 anos. **Migalhas**, 2020. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/quentes/321107/estudante-de-medicina-e-condenado-por-estupro-virtual-contra-menino-de-10-anos>>. Acesso em: 6 de ago. de 2021.

ESTUDANTE de medicina suspeito de armazenar pornografia infantil é preso durante plantão em hospital. **Portal G1 Rio Grande do Sul**, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/estudante-de-medicina-suspeito-de-armazenar-pornografia-infantil-e-preso-durante-plantao-em-hospital.ghtml>>. Acesso em: 10 de jun. de 2021.

FOTÓGRAFO registra dor e lágrimas de meninas em cerimônia de mutilação genital feminina no Quênia. **Portal R7**, 2014. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/internacional/fotos/fotografo-registra-dor-e-lagrimas-de-meninas-em-cerimonia-de-mutilacao-genital-feminina-no-quenia-26122014>>. Acesso em: 26 de abr. de 2021.

FRANZÃO, L. Voto feminino no Brasil completa 89 anos, mas representatividade ainda é desafio. **CNN Brasil**, 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/voto-feminino-no-brasil-completa-89-anos-mas-representatividade-ainda-e-desafio/>>. Acesso em: 5 de set. de 2021.

FUCUTA, B. Especialista fala de limites na internet para crianças e jovens. **Universa UOL**, 2020. Disponível em: <<https://nos.blogosfera.uol.com.br/2019/03/17/especialista-fala-de-limites-na-internet-para-criancas-e-jovens/>>. Acesso em: 7 de abr. de 2021.

GOVERNO DO BRASIL. **Assistência Social**, página de serviços. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-cras-centro-de-referencia-da-assistencia-social>>. Acesso em: 28 de ago. de 2021.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Secretaria de Estado da Mulher**. Casa da Mulher Brasileira, página de serviços. Disponível em: <<https://www.mulher.df.gov.br/casa-da-mulher-brasileira/>> Acesso em: 28 de ago. de 2021.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Secretaria de Estado da Mulher**. CEAMs, página de serviços. Disponível em: <<https://www.mulher.df.gov.br/ceams/>> Acesso em: 25 de ago. de 2021.

GOVERNO DO ESTADO MATO GROSSO DO SUL. **Não Se Cale**. Delegacias da Mulher, página de serviços. Disponível em:

<<https://www.naosecale.ms.gov.br/delegacias-da-mulher/>>. Acesso em: 28 de ago. de 2021.

HAJE, L. Projeto de lei reitera proibição da tese de legítima defesa da honra em crimes de feminicídio. **Agência Câmara de Notícias**, 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/753198-projeto-de-lei-reitera-proibicao-da-tese-de-legitima-defesa-da-honra-em-crimes-de-femicidio/#:~:text=O%20Projeto%20de%20Lei%20781,e%20familiar%20contra%20a%20mulher>>. Acesso em: 25 de fev. de 2021.

HERDY, T. Três crianças ou adolescentes são abusadas sexualmente no Brasil a cada hora. **O GLOBO**, 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/tres-criancas-ou-adolescentes-sao-abusadas-sexualmente-no-brasil-cada-hora-24280326>>. Acesso em 02 de nov. de 2021.

HOFFMANN, R.; LEONE, E. T. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia**, Belo Horizonte, 35-58, maio-agosto de 2004.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques>>. Acesso em: 02 de out. de 2021.

INDICADORES SOCIAIS DAS MULHERES NO BRASIL. **Educa IBGE**. Página matérias especiais. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/materias-especiais/20453-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>>. Acesso em: 5 de set. de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de Gênero – Indicadores Sociais de Mulheres no Brasil. Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica**, São Paulo, n. 38, 1-12. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/9d6f4faeda1f1fb7532be7a9240cc233.pdf>. Acesso em: 10 de abr. de 2021.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Quem é Maria da Penha**. Disponível em: <<https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>>. Acesso em: 13 de ago. de 2021.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA E ECONOMIA APLICADA. **Índice de violência doméstica é maior para mulheres economicamente ativas**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34977>. Acesso em: 10 de abr. de 2021.

JUIZ do Piauí decreta primeira prisão por estupro virtual no Brasil. **JusBrasil**, 2017. Disponível em: <<https://correcaofgts.jusbrasil.com.br/noticias/485902382/juiz-do-piaui-decreta-primeira-prisao-por-estupro-virtual-no-brasil>>. Acesso em: 5 de set. de 2021.

JÚNIOR, J. B.; LOPES, A. D.; GHIROTTI, E. Jovens abusados por padres revelam seus dramas pela primeira vez. **Revista Veja**, 2021. Disponível em:

<<https://veja.abril.com.br/brasil/jovens-abusados-por-padres-revelam-seus-dramas-pela-primeira-vez/>>. Acesso em: 19 de ago. de 2021.

JUSBRASIL. **Artigo 226 do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940.**

Página em tópicos. Disponível em:

<<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10610242/artigo-226-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

JUSBRASIL. **Artigo 392 do Decreto Lei nº 5.452 de 01 de Maio de 1943.** Página em tópicos. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10721384/artigo-392-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943>>. Acesso em: 15 de abr. de 2021.

LIMA, C. M. **Infância Ferida: Os vínculos da criança abusada sexualmente em seus diferentes espaços sociais.** Tese (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

LIMA, E. P. **Páginas ampliadas:** o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Campinas: Manoel, 2004.

LIMA, J. D. Como as mulheres se deslocam em São Paulo. **NEXO Jornal**, 2016.

Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/12/12/Como-as-mulheres-se-deslocam-em-S%C3%A3o-Paulo>>. Acesso em: 24 de jul. de 2021.

LOWENKRON, L. O monstro contemporâneo: notas sobre a construção da pedofilia como "causa política" e "caso de polícia". **SciELO Brasil**, São Paulo: cadernos pagu (41), julho-dezembro de 2013. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/cpa/a/yjbgwTqmXvvX7hxhfcMHGvzM/?lang=pt>>. Acesso em: 16 de mar. de 2021.

MAGGIO, V. P. R. O crime de assédio sexual. **JusBrasil**, 2013. Disponível em:

<https://vicentemaggio.jusbrasil.com.br/artigos/121942480/o-crime-de-assedio-sexual#:~:text=O%20crime%20de%20ass%C3%A9dio%20sexual%20consiste%20no%20fato%20de%20o,216%2DA%2C%20caput)>. Acesso em: 9 de mar. de 2021.

MANSUIDO, M. Entenda o que é feminicídio e a lei que tipifica esse crime. **Câmara Municipal de São Paulo**, 2020. Disponível em:

<<https://www.saopaulo.sp.leg.br/mulheres/entenda-o-que-e-feminicidio-e-a-lei-que-tipifica-esse-crime/>>. Acesso em: 20 de setembro de 2021.

MAPA DO ACOLHIMENTO. **Institucional**, Página Inicial. Disponível em:

<<https://www.mapadoacolhimento.org/>>. Acesso em 7 de set. de 2021.

MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. LEI Nº 12.845, DE 1º DE AGOSTO DE 2013, **Lei do Minuto Seguinte**. Disponível em:

<<https://leidominutoseguinte.mpf.mp.br/>>. Acesso em: 10 de set. de 2021.

NAGEL, L. Acusado de atear fogo em ex-companheira e matar filhos vai a julgamento. **Universa UOL**, 2019. Disponível em:

<<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/09/02/acusado-de-atear-fogo-em-ex-companheira-e-matar-filhos-vai-a-julgamento.htm>>. Acesso em: 25 de ago. de 2021.

OLIVEIRA, Nielmar. Mulher ganha em média 79,5% do salário do homem, diz IBGE. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 8 de mar. de 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-03/mulheres-brasileiras-ainda-ganham-menos-que-os-homens-diz-ibge>>. Acesso em: 20 de fev. de 2021.

OLIVEIRA, Nielmar. Pesquisa do IBGE mostra que mulher ganha menos em todas as ocupações. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 8 de mar. de 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-03/pesquisa-do-ibge-mostra-que-mulher-ganha-menos-em-todas-ocupacoes>>. Acesso em: 10 de mai. de 2021.

OLIVEIRA, S. Uma mulher é morta a cada nove horas durante a pandemia no Brasil. **Brasil de Fato**, 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/10/10/uma-mulher-e-morta-a-cada-nove-horas-durante-a-pandemia-no-brasil>>. Acesso em: 28 de mar. de 2021.

PARADELLA, Rodrigo. Diferença cai em sete anos, mas mulheres ainda ganham 20,5% menos que homens. **Agência IBGE Notícias**, São Paulo, 8 de mar. de 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23924-diferenca-cai-em-sete-anos-mas-mulheres-ainda-ganham-20-5-menos-que-homens>>. Acesso em: 6 de ago. de 2021.

PASTOR é preso em flagrante por sequestro e estupro de criança em Taboão da Serra. **Portal Band**, 2020. Disponível em: <<https://www.band.uol.com.br/noticias/pastor-e-preso-em-flagrante-por-sequestro-e-estupro-de-crianca-em-taboao-da-serra-16308666>>. Acesso em 21 de abr. de 2021.

PIOVESAN, F. A proteção internacional dos direitos humanos das mulheres. **Cadernos Jurídicos da Escola Paulista da Magistratura**. São Paulo, ano 15, n. 38, p. 21-34, 2014.

PLANO de saúde exige consentimento do marido para colocar DIU em mulher. **Correio Braziliense/Estado de Minas**, 2021. Disponível em: <<https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2021/08/4941955-plano-de-saude-exige-consentimento-do-marido-para-colocar-diu-em-mulher.html>>. Acesso em: 13 de mai. de 2021.

RICCI, L. 'Bolsa estupro': entenda como o PL 5.435/2020 fere o direito da mulher. **Estado de Minas**, 2021. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2021/03/23/interna_nacional,1249757/bolsa-estupro-entenda-como-o-pl-5-435-2020-fere-o-direito-da-mulher.shtml>. Acesso em: 10 de set. de 2021.

RIZZO, L.; MARINELLI, I. João de Deus: os relatos das vítimas que romperam o silêncio. **Claudia – Abril**, 2019. Disponível em: <<https://claudia.abril.com.br/noticias/joao-de-deus-entenda-o-caso/>>. Acesso em: 12 de set. de 2021.

ROSA PENIDO. **Sobre Rosa Penido**, Página institucional. Disponível em: <<https://www.rosapenido.com.br/conheca-ongs-que--mulheres-em-situacao-de-violencia-domestica-2/>>. Acesso em: 25 de ago. de 2021.

ROSA, A.; TOMAZ, K.; REIS, V. Homem solto após ejacular em mulher em ônibus é preso de novo ao atacar outra passageira. **Portal G1 São Paulo**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/homem-e-preso-suspeito-de-ato-obsceno-contra-mulher-em-onibus-3-caso-em-sp.ghtml>>. Acesso em: 9 mar. 2021.

SAFERNET. **INSTITUCIONAL**. Disponível em: <https://new.safernet.org.br/content/institucional> . Acesso em: 30 jul. 2021.

SENADO FEDERAL. **Serviços Especializados de Atendimento à Mulher**. Página de serviços. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/acoes-contra-violencia/servicos-especializados-de-atendimento-a-mulher>>. Acesso em: 25 de ago. de 2021.

SOSA, M. G. A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL: O CASO DOS CRIMES PASSIONAIS. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**. Rio Grande do Sul, v. 7, n.1, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/7171>>. Acesso em: 3 de jul. de 2021.

SOUTO, Luiza. "Ele ia encostando": o combate à importunação sexual no transporte público. **Universa UOL**, 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/08/17/assedio-metro-transporte-publico.htm>>. Acesso em: 26 de abr. de 2021.

SOUTO, Luiza. País tem um estupro a cada 8 minutos, diz Anuário de Segurança Pública. **Universa UOL**, 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/10/18/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-2020.htm>>. Acesso em: 7 de ago. de 2021.

STJ concede liminar ao MPPA que mantém condenação de ex-deputado Luiz Sefer. **Portal G1 Pará**, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/06/14/stj-concede-liminar-ao-mppa-que-mantem-condenacao-de-ex-deputado-luiz-sefer.ghtml>>. Acesso em: 3 de set. de 2021.

TAXA de desemprego feminina é maior que a masculina, mostra OIT. **Empreendedor**, 2009. Disponível em: <<https://empreendedor.com.br/noticia/taxa-de-desemprego-feminina-e-maior-que-masculina-mostra-oit/>>. Acesso em: 2 mar. 2021.

TENTARDINI, C.; ROSALES, L. 80% dos crimes virtuais investigados no RS estão ligados à pedofilia. **Ponte**, 2019. Disponível em: <<https://ponte.org/80-dos-crimes-virtuais-investigados-no-rs-estao-ligados-a-pedofilia/>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

TOIGO, D. M. Breve análise das teses defensivas da legítima defesa da honra e da privilegiadora da violenta emoção no tribunal do júri em homicídios passionais

praticados por homens contra mulheres. **Unoesc & Amp; Ciência - ACSA**, v.1 n.1, 13–20, 2010. Disponível em: <<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/acsa/article/view/66>>. Acesso em: 11 jun. 2021.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. **Como denunciar situações de Violência contra as Mulheres?**, página de informações. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/informacoes/cidadania/centro-judiciario-mulher/o-nucleo-judiciario-da-mulher/como-denunciar-situacoes-de-violencia-contra-as-mulheres>> Acesso em: 14 de out. de 2021.

UNICEF BRASIL. **O QUE SÃO DIREITOS HUMANOS?**. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/o-que-sao-direitos-humanos>>. Acesso em: 13 out. 2021.

ANEXOS

Anexo 1 – Autorizações para uso de imagem (devidamente armazenadas e aqui não expostas em respeito à Lei Geral de Proteção de Dados).

Anexo 2 - Autorizações de postagem no Repositório da PUC Goiás

 **PUC GOIÁS**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010
Goiânia | Goiás | Brasil
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080
www.pucgoias.edu.br | prodi@pucgoias.edu.br


RESOLUÇÃO n° 038/2020 – CEPE
Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O(A) estudante Andreina Custine Gonçalves de Brito, matricula 20181012709360 do Curso de Jornalismo, telefone: (62) 9954-6628 e-mail andreiagc@pucgoias.edu.br na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado Reflexo do Medo e a Realidade do Misogênia Brasileira, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 22 de novembro de 2021.

Assinatura do(s) autor(es): Andreina Custine Gonçalves de Brito
Nome completo do autor: Andreina Custine Gonçalves de Brito

Assinatura do professor-orientador: Rogério Pereira Borges
Nome completo do professor-orientador: Rogério Pereira Borges

 **PUC GOIÁS**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010
Goiânia | Goiás | Brasil
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080
www.pucgoias.edu.br | prodi@pucgoias.edu.br

RESOLUÇÃO n° 038/2020 – CEPE
Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O(A) estudante Alany Alina Pereira, matricula 20181012709360 do Curso de Terapias, telefone: (62) 98551632 e-mail alanyal@pucgoias.edu.br na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado Técnicas de Medo: A realidade do Alívio no Trabalho, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 22 de novembro de 2021.

Assinatura do(s) autor(es): Alany Alina Pereira
Nome completo do autor: Alany Alina Pereira

Assinatura do professor-orientador: Rogério Pereira Borges
Nome completo do professor-orientador: Rogério Pereira Borges